JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.04 04:21:25 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 4 de novembro de 2026 • Nº 2417 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

MINAS E ENEERGIA

MME projeta alta de 10% no refino de petróleo

O Ministério de Minas e Energia (MME) informou ontem, a projeção de aumento de cerca de 10% na capacidade nacional de refino de petróleo entre 2026 e 2036, com crescimento das exportações brasileiras e redução da dependência externa de alguns derivados. O dado foi divulgado conjuntamente com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no Caderno de Refino e Infraestrutura de Abastecimento do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2036. Foi projetado que a produção nacional de petróleo deverá alcançar aproximadamente 4,9 milhões de barris por dia em 2036. Mais da metade desse volume deverá ser exportada. O estudo vê moderação dos preços do petróleo Brent, condicionada à normalização da oferta. "Restrições físico-logísticas e baixos investimentos podem pressionar as cotações para cima, enquanto uma eventual sobreoferta e a aceleração da substituição tecnológica podem contribuir para sua redução", diz o diagnóstico. PÁGINA 2

AMAZÔNIA

PF inaugura laboratório para combater garimpo ilegal

Com a finalidade de fortalecer o combate ao garimpo ilegal e aos crimes ambientais na Amazônia, a Polícia Federal (PF) inaugurou, ontem, o Laboratório de Geoquímica Forense para Rastreabilidade Mineral. A estrutura foi montada no Instituto Nacional de Criminalística (INC), em Brasília. A iniciativa integra o Programa Ouro Alvo, apoiado pelo Fundo Amazônia no âmbito do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Amas). O programa conta com R$ 318,5 milhões em recursos do fundo, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), para ampliar as ações de inteligência, fiscalização e repressão ao crime organizado na região. Por meio da análise e do registro de características de jazidas brasileiras, o Ouro Alvo busca criar referências científicas capazes de determinar a procedência do minério. PÁGINA 7

75 A 0

Em vitória de Lula, Senado aprova PEC da Segurança

RICARDO STUCKERT/PR



O Senado aprovou ontem, em 2º turno, por 75 a 0, a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O texto vai para promulgação, em data que ainda será definida. O resultado representa uma vitória para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**), que encampou o texto e conseguiu barrar a tentativa da oposição de incluir uma redução da maioridade penal. Por 38 a 36, senadores aprovaram um requerimento para retirar da PEC a discussão da maioridade e deixar o tema para ser avaliado à parte, num momento posterior. O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), queria estabelecer a redução da maioridade penal para 16 anos de forma geral e para 14 anos no caso de crimes hediondos. O presidente Lula prometeu que, com a aprovação da PEC, criaria o Ministério da Segurança Pública. A ideia é que a pasta centralize a interlocução com os Estados na área e coordene medidas para um combate ainda mais efetivo em relação ao avanço de facções como o PCC e o Comando Vermelho. PÁGINA 6

AUDIÊNCIA NO STF

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



Padilha defende proibição das bets e cita impacto do 'vício' no SUS

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha (**foto**), defendeu ontem a manutenção da decisão do governo federal que proibiu o funcionamento das empresas que operam sites de apostas *online*, conhecidas como bets. Durante audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater a proibição, o ministro disse que está preocupado com o impacto das apostas no Sistema Único de Saúde (SUS) e com a situação de pessoas que podem tirar a própria vida por estarem endividadas ou se tornarem vítimas da ludopatia (vício em jogos). "A única e melhor solução para evitar suicídios, evitar pessoas viciadas, violência familiar, é mantermos a proibição das bets", afirmou. Na avaliação do ministro, todos os países que legalizaram as bets registraram piora nos indicadores de saúde ligados ao jogos. PÁGINA 7

INDICADORES

IBOVESPA (-13,88%) / 176.608,23 / 28.474,33 / Volume: 109.462.683.415 / Negócios: 13.964.203

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
BBAS3	17,47	–29,33	–7,25
B3SA3	15,07	–36,28	–8,58
BBDC4	15,95	–21,70	–4,42
CSAN3	2,77	–46,73	–2,43
ITUB4	41,70	–13,66	–6,60

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
FSPE11F	0,30	+20,00	+0,05
SUZB3F	47,70	+10,75	+4,63
SUZB3	47,40	+10,08	+4,34
TCSA3F	0,85	+8,97	+0,07
EMBJ3	96,20	+8,89	+7,85

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
LJQQ3F	1,080	–65,93	–2,090
SIMH3	5,850	–64,86	–10,800
SIMH3F	5,980	–64,17	–10,710
LJQQ3	1,10	–63,93	–1,95
ECOR3	5,19	–60,53	–7,96

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	52.361,58	+0,28
S&P 500	7.676,77	+0,70
US Tech 100	28.498	+1,14
Euronext 100	1.857,2	+0,69
CAC 40	7.847,32	+0,83
FTSE 100	10.767,33	+0,72

Salário mínimo	R$ 1.621,00
Ufir-RJ	R$ 4,9604
Taxa Selic (16/09)	13,75%
TR (27/10)	0,1656%
Poupança (27/10)	0,6348%
IGP-M	1,57% (set.)
IPCA	0,82% (set.)
CDI (16/09)	13,65%
OURO BM&F/grama/RJ	R$ 672,24
EURO Comercial Compra: 6,0380	Venda: 6,0386
EURO turismo Compra 6,1156	Venda: 6,2956
DÓLAR Ptax - BC Compra: 5,5007	+9,19%
DÓLAR comercial Compra: 5,4021	Venda: 5,4027
DÓLAR turismo Compra: 5,4407	Venda: 5,6207

MERCADOS

Bolsa tem 6ª queda seguida, no piso desde janeiro; dólar sobe

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu ontem com forte trajetória negativa. Depois de registrar, na semana passada, um dos piores desempenhos da história, o Ibovespa (Índice Bovespa terminou a sessão de ontem, em baixa de 1,42%, aos 165.528,92 pontos, marcando o sexto pregão seguido de queda e no piso desde janeiro.

A queda do petróleo no dia trouxe pressão adicional para os papéis da Petrobras, em baixa de quase 4%. Com os sucessivos tombos, o Ibovespa caminha para zerar os ganhos do ano. Às vésperas do segundo turno, o índice ainda acumulava valorização próxima de 30% no ano, após ter alcançado a região dos 209 mil pontos, quando predominavam as expectativas de alternância de poder. Agora, a alta no ano é de 2,73%. No pregão de hoje, o volume financeiro foi de R$ 32 bilhões.

As baixas continuam amplamente espalhadas pelos setores, com destaque para as ações cíclicas domésticas, muito dependentes da condução da política fiscal e de seus reflexos para a política monetária. Profissionais de mercado continuam afirmando que, caso o governo não proponha soluções críveis para frear o aumento do endividamento do País, a taxa de juros terá que permanecer em níveis elevados para evitar uma possível alta da inflação.

O ICON, índice do setor de consumo, já cai 21,9% no ano, enquanto o IMOB, do setor imobiliário, recua 22,2%; o índice de small caps (SMLL) cede 19,8% no período. O IFNC, do setor financeiro, que concentra grandes nomes da bolsa, tem queda acumulada de 6,66%.

Às vésperas da decisão do Banco Central para a Selic, diversas casas já revisaram seus cenários para uma manutenção da Selic em 13,75% ao ano ao invés de um corte de 0,25 ponto porcentual, além de enxergarem menos espaço para uma continuidade do ciclo de calibração.

DÓLAR

. Após superar R$ 5,50 pela manhã, com pico de R$ 5,5157, o dólar à vista terminou o dia a R$ 5,4872, alta de 0,79%. Trata-se do maior nível de fechamento desde 30 de dezembro de 2025. O real amargou ontem o segundo pior desempenho entre as divisas mais líquidas, com perdas inferiores apenas às do peso mexicano.

Foi o terceiro pregão consecutivo de avanço da moeda americana, que fechou a semana passada com ganhos de 9,04%, a maior valorização semanal desde outubro de 2008, auge da crise financeira global desencadeada pela derrocada do setor imobiliário nos EUA. Com a alta hoje, o dólar praticamente zerou as perdas acumuladas frente à divisa brasileira no ano (-0,03%).

MINAS E ENEERGIA

MME projeta alta de 10% no refino de petróleo até 2036

RENAN MONTEIRO/AE

O Ministério de Minas e Energia (MME) informou ontem, a projeção de aumento de cerca de 10% na capacidade nacional de refino de petróleo entre 2026 e 2036, com crescimento das exportações brasileiras e redução da dependência externa de alguns derivados. O dado foi divulgado conjuntamente com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no Caderno de Refino e Infraestrutura de Abastecimento do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2036.

Foi projetado que a produção nacional de petróleo deverá alcançar aproximadamente 4,9 milhões de barris por dia em 2036. Mais da metade desse volume deverá ser exportada.

O estudo vê moderação dos preços do petróleo Brent, condicionada à normalização da oferta.

"Restrições físico-logísticas e baixos investimentos podem pressionar as cotações para cima, enquanto uma eventual sobreoferta e a aceleração da substituição tecnológica podem contribuir para sua redução", diz o diagnóstico.

A capacidade nacional de refino deverá passar de aproximadamente 2,3 milhões para 2,5 milhões de barris por dia entre 2026 e 2036 Essa expansão prevista considera diferentes investimentos no setor, incluindo o segundo trem da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), a integração operacional do Complexo Boaventura e ampliações e modernizações de unidades existentes.

Mesmo com a expansão da capacidade de refino, o Brasil deverá manter a condição de importador líquido de derivados de petróleo durante todo o horizonte decenal. A demanda nacional de óleo diesel A deverá crescer 19% entre 2026 e 2036, enquanto a produção doméstica aumentará 13%. Em função disso, o País continuará dependente de importações para complementar a oferta nacional.

FPA

Bancada do agro rejeita eventuais mudanças na reforma tributária

ISADORA DUARTE/AE

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é contrária a eventuais mudanças na reforma tributária. "Buscamos deixar a reforma tributária menos danosa para o produtor rural e usaremos toda a força política que temos para manter a competitividade do nosso agro, custe o que custar, querendo ou não", disse o presidente da FPA, deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), ontem. Ele lembrou que a bancada alterou 28 pontos durante a tramitação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. "Vamos continuar lutando por isso com todo o enfrentamento necessário", acrescentou.

A FPA discorda do diagnóstico do governo, de que as exceções na reforma elevam a carga tributária. "Eles colocam cesta básica como subsídio ao agro e não é verdade. Eles colocam várias questões sociais como subsídio ao agronegócio ou, como exceções ao agronegócio, o que não é verdade", criticou.

Os objetivos da bancada são manter a alíquota reduzida em 60% para a produção de alimentos, manter os insumos agropecuários fora do imposto seletivo e assegurar a isenção ao produtor rural com faturamento de até R$ 3,6 milhões por ano. "São temas que estaremos atentos para que o setor não perca a competitividade. Não vamos aceitar nenhum passo atrás nessa questão", observou.

IMPOSTO

Relator da CBS, Braga diz não estar de acordo com alíquota de 11,3%

NAOMI MATSUI/AE

LULA MARQUES/ABRASIL



O senador Eduardo Braga (**foto**), relator do Projeto de Resolução que fixará a alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criticou a previsão do patamar de 11,3% para o imposto. Segundo ele, essa alíquota não foi prevista pelos estudos da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União.

"O senador Renan Calheiros me colocou como relator e já não estou de acordo com essa alíquota ... Minha preocupação com essa alíquota está presente desde que aprovamos a Reforma Tributária", declarou ele, durante sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CAE) do Senado.

Segundo ele, é necessário ouvir os responsáveis pelos estudos prévios para entender o que causou uma alíquota tão alta. "Que possamos compreender os fundamentos. Não era essa a previsão estabelecida pelos estudos da Receita Federal e encomendados pelo TCU. Todos fomos pegos de surpresa com uma alíquota de 11,3%", disse.

Braga relatou a Reforma Tributária no Senado e os projetos de lei complementar que regulavam o tema.

O TCU aprovou uma alíquota de referência de 11,3468% para a CBS. Se o Senado não aprovar o projeto de resolução até o mês que vem, valerá a alíquota calculada pelo TCU.

A CBS será cobrada em caráter de teste no ano que vem, como substituta do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Junto com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a CBS vai constituir o novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, sob o sistema do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A estimativa do governo federal é de arrecadar R$ 636 bilhões em 2027 com a CBS, que será administrada pela União.

BC/Focus

Mercado eleva projeção para inflação, juros e dólar em 2026

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O mercado financeiro elevou as projeções para a taxa básica de juros (Selic), a inflação e o dólar neste ano e reduziu, pela terceira semana consecutiva, a estimativa de crescimento da economia.

Os dados constam do Boletim Focus, relatório semanal divulgado pelo Banco Central com projeções do mercado financeiro para inflação, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores.

Neste primeiro boletim após o resultado das eleições presidenciais, a projeção para a taxa básica de juros (Selic) ao final de 2026 passou de 13,25% na semana passada para 13,5% – mesmo patamar estimado há quatro semanas.

Atualmente, a Selic está em 13,75%, o que indica que o mercado ainda espera por um corte de 0,25 ponto percentual até o fim do ano.

Para 2027 e 2028, as projeções para a Selic estão em 12,5% e 11%, respectivamente.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para controlar a inflação. Juros mais altos encarecem o crédito e ajudam a reduzir a demanda e os preços, mas podem frear a atividade econômica.

Juros menores estimulam o consumo e os investimentos, favorecendo o crescimento, mas podem pressionar a inflação.

INFLAÇÃO

Utilizado para medir a inflação oficial do país, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também está entre as projeções do Boletim Focus.

As estimativas do mercado financeiro para 2026 subiram de 5,19% há uma semana, para 5,22%. Há quatro semanas, a projeção para o IPCA era de 5,01%.

Para 2027, o mercado projeta inflação de 4,76%. Para 2028, a expectativa é de 4%.

A prévia da inflação oficial ficou em 0,32% em outubro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA-15 acumula alta de 4,62% em 12 meses, acima do teto da meta de inflação.

A desaceleração em relação a setembro (0,70%) foi influenciada principalmente pela queda da energia elétrica residencial, após a adoção da bandeira tarifária verde no mês de outubro.

A maior pressão de alta veio dos alimentos, com destaque para tomate (24,54%), cebola (13,63%), batata-inglesa (10,96%) e arroz (5,80%).

Nota

TESOURO: VARIAÇÃO DO PIB REAL É A MAIOR FONTE DE RISCO PARA AS RECEITAS DO GOVERNO

O Tesouro Nacional informou que a variação do Produto Interno Bruto (PIB) real é o maior fator de risco para as receitas da União. Os dados são do relatório de riscos fiscais da União, divulgado ontem. O documento classifica os riscos em macroeconômicos, relacionados a mudanças cíclicas ou estruturais na economia que afetam as receitas e despesas do governo, e específicos, relacionados a eventos incertos de diversas naturezas e origens, como programas governamentais, passivos contingentes e o balanço patrimonial do setor público. No caso dos riscos macroeconômicos, a grande maioria está relacionada ao PIB real: 94,6% da receita primária está sujeita à volatilidade deste, da inflação, da massa salarial, do câmbio, dos juros ou do preço do petróleo.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

TERCEIRO TRIMESTRE

BB Seguridade tem lucro líquido de R$ 2,432 bilhões

WILIAN MIRON/AE

A BB Seguridade registrou lucro líquido gerencial recorrente de R$ 2,432 bilhões no terceiro trimestre de 2026, queda de 5,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com o segundo trimestre, houve elevação de 13%.

No balanço, a companhia afirma que a retração anual, equivalente a R$ 129,8 milhões, foi pressionada principalmente pelas contribuições menores da BrasilSeg e da BB Corretora. A primeira teve redução de R$ 101,2 milhões, refletindo menor volume de prêmios ganhos, aumento do índice combinado e queda do resultado financeiro líquido. Já a contribuição da BB Corretora recuou R$ 58,9 milhões, em razão da diminuição das receitas de corretagem dos segmentos de seguros e títulos de capitalização, além da redução do resultado financeiro líquido. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo avanço do resultado financeiro líquido da holding BB Seguridade.

O resultado financeiro combinado das empresas da BB Seguridade somou R$ 655,7 milhões no terceiro trimestre de 2026, queda de 8,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.Segundo a companhia, essa variação refletiu a redução de 4,9% no saldo médio das aplicações financeiras combinadas, a menor taxa média da Selic e o aumento do custo dos passivos da Brasilprev. Neste último caso, pesaram a menor deflação do IGP-M com defasagem de um mês, que passou de 2,1% para 1,9%, e a constituição de provisão complementar de cobertura (PCC) de R$ 65,6 milhões, ante reversão de R$ 43,6 milhões no terceiro trimestre de 2025.

O relatório não apresenta um valor consolidado de marcação a mercado da carteira de negociação de todas as empresas do grupo para o trimestre. Na Brasilprev, porém, o efeito foi positivo em R$ 75,7 milhões, ante impacto negativo de R$ 45,8 milhões no terceiro trimestre de 2025.

Em setembro, 47,7% dos investimentos das empresas da BB Seguridade estavam aplicados em títulos pós-fixados, ante 45,3% um ano antes. Outros 38,4% estavam em títulos indexados à inflação, frente a 40,5% em setembro de 2025. Os títulos prefixados representavam 13,9% da carteira, ante 14,1% um ano antes.

A BB Seguridade também apurou resultado operacional recorrente não decorrente de juros de R$ 2,618 bilhões no trimestre, queda de 3% no confronto anual. O indicador reúne os resultados operacionais recorrentes das investidas, ponderados pela participação acionária da holding, e não deve ser confundido com um resultado financeiro.

AÉREA

Latam Airlines lucra US$ 441 milhões no terceiro trimestre

LEONARDO GODIM/AE

A Latam Airlines registrou lucro líquido de US$ 441 milhões no terceiro trimestre de 2026, alta de 16,3% em relação aos US$ 379 milhões apurados no mesmo intervalo de 2025. A receita operacional somou US$ 4,567 bilhões, crescimento anual de 18,4%. Já o Ebitda ajustado foi de US$ 1,095 bilhão, queda de 4,7% ante um ano.

A margem do Ebitda ajustado da Latam recuou 5,8 pontos, para 24,0% no final de setembro. Já o resultado operacional ajustado caiu 17,9%, para US$ 573 milhões, com margem de 12,5%, ante 18,1% no terceiro trimestre de 2025.

O lucro foi ajudado por linhas abaixo do resultado operacional. A despesa com juros caiu 29%, para US$ 183 milhões, porque a base de comparação incluía uma despesa não recorrente de US$ 105 milhões ligada à reestruturação de dívida concluída em julho de 2025.

O principal peso sobre o terceiro trimestre foi o combustível. A despesa com querosene de aviação subiu 60,9%, para US$ 1,57 bilhão, com o preço médio por barril, já considerando as operações de proteção, avançando 52,1%, para US$ 167. O consumo cresceu 5,8%.

A companhia estimou impacto de cerca de US$ 520 milhões frente ao terceiro trimestre de 2025 e disse repassou aproximadamente 80% desse efeito por meio de receitas, informou.

As despesas operacionais ajustadas somaram US$ 3,995 bilhões, alta anual de 26,5%. Além do combustível, impactou a valorização do real, de cerca de 5,7% na comparação anual. O custo unitário de passageiros sem combustível subiu 3,5%, para US$ 4,6 centavos por assento-quilômetro; segundo a empresa, sem o efeito cambial, ficaria praticamente estável.

RECEITAS

A receita com passageiros cresceu 17,8%, para US$ 3,998 bilhões, puxada por tarifas mais altas: a receita por passageiro-quilômetro subiu 11,7%, e a receita por assento disponível avançou 9,4%. A capacidade (ASK) aumentou 7,7%, e a demanda (RPK) elevou-se 5,5%, o que reduziu a taxa de ocupação de 85,4% para 83,7%. A receita do segmento premium avançou 23%.

ENDIVIDAMENTO

A Latam encerrou setembro com liquidez de US$ 4,446 bilhões, sendo US$ 2,871 bilhões em caixa e US$ 1,575 bilhão em linhas de crédito rotativo não utilizadas, o equivalente a 26,4% da receita de 12 meses.

NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR JUSTA CAUSA

A empresa **FILIAL VULCÃO C COMERCIO DE TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **01.693.155/0002-02**, com sede em **RUA PEDRO FERREIRA DE ALMEIDA, N°39 CEP 25945-853, GUAPIMIRIM/RJ**, comunica ao(à) Sr.(a) ERNANDES FERREIRA DE LIMA que, em razão de suas ausências injustificadas ao trabalho desde 27 de setembro de 2026, bem como diante das tentativas de contato realizadas pela empresa sem êxito na regularização da situação, está adotando as providências cabíveis para apuração e formalização da rescisão do contrato de trabalho por justa causa, nos termos do artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), observados os requisitos legais aplicáveis. A presente comunicação é realizada por meio de publicação em jornal diante da impossibilidade de entrega de correspondência registrada com aviso de recebimento (AR), em razão de inconsistência no endereço informado pelo(a) empregado(a). **MAGÉ , 29/10/2026. FILIAL VULCÃO C COMERCIO DE TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA. 01.693.155/0002-02**

COOPERATIVA RÁDIO TÁXI NITERÓI LTDA
CNPJ/MF N.º 31.865.884/0001-70, NIRE 33.4.0000.3268
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da **Cooperativa Rádio Táxi Niterói Ltda** no exercício de suas atribuições, na forma da Lei 5.764/71 e do seu Estatuto Social, convoca seus associados em dia com as suas obrigações sociais e estatutárias, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 14 de novembro de 2026, na sede do Sindicato dos Taxistas de Niterói, na rua Dr. Celestino, n.º 48 Centro, Niterói, RJ, em primeira convocação às 07:00 horas, com a presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação às 08:00 horas, com presença de metade mais um dos seus associados e em terceira e última convocação às 09:00 horas, com a presença mínima de dez associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I** – Reforma do Estatuto (Capítulo VIII); **II** – Inclusão no RI de cláusula de isenção por falecimento ou internação do cooperado. **III** – Assuntos Operacionais. Os cooperados que não estiverem rigorosamente em dia com as suas obrigações sociais não poderão votar.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2026.
LUCIANO TADEU MARTINS NOGUEIRA
Presidente da Cooperativa Rádio Táxi Niterói Ltda.

CAPITAL MARÍTIMA S.A.
CNPJ/MF nº 30.864.027/0001-93 - NIRE: 333.0036389-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em cumprimento ao solicitado pelo acionista TSALAVRAS HOLDING LTD em notificação enviada em 24/10/2026, ficam convocados os acionistas da CAPITAL MARÍTIMA S.A. ("Companhia"), sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.864.027/0001-93 e NIRE 333.0036389-1, com sede na Av. das Américas, 700, sala 118, bloco 06 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-100, por meio do presente Edital, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 1976, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Avenida Presidente Wilson, nº 231, andar 18, na sede do Vieira Rezende e Guerreiro Advogados, no dia 11 de novembro de 2026, às 10:00, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** (i) Avaliar a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros; (ii) A adoção de canal seguro, interlocutor, calendário e condições de acesso às informações, com tratamento individual das restrições; e (iii) A apresentação, pela administração, de plano de atendimento às pendências e sobre um calendário de acompanhamento. Caso o quórum de instalação não seja atingido em primeira convocação, será realizada segunda convocação dentro do prazo legal, que será instaurada com qualquer número de acionistas presentes. Cabe ressaltar que a AGE não será realizada na sede da Companhia uma vez que a administração entende que o local indicado terá uma estrutura mais adequada para comportar os acionistas. Os acionistas poderão participar da Reunião presencialmente, por procurador legalmente habilitado. Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2026. **CAPITAL MARÍTIMA S.A.**

CONVOCAÇÃO PARA RETORNO AO TRABALHO

A empresa TERE FRUTAS COMÉRCIO DE ALIMENTOS E PANIFICAÇÃO, CNPJ nº 39.508.023/0004-90, convoca o Sr. LUIS GUSTAVO SILVA DE OLIVEIRA , CPF nº ***.248.***-00, a retornar ao trabalho ou apresentar justificativa para sua ausência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar desta publicação, considerando que se encontra ausente, sem justificativa, desde 18/08/2026. O não comparecimento ou a ausência de justificativa no prazo indicado poderá ensejar a adoção das medidas trabalhistas cabíveis, inclusive rescisão por justa causa por abandono de emprego, nos termos do art. 482, "i", da CLT.

Diário do Acionista Tel.: (21) 99122-4278

CAFÉ BONJARDINENSE TORREFAÇÃO E MOAGEM LTDA.

CNPJ: 31.662.364/0001-60 - NIRE 332.0173534-0
10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Miguel Ângelo Monnerat Erthal, brasileiro, filho de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascido em 23/01/1959, empresário, CNH 00746286371, Detran-RJ, em 22/08/2019, CPF 677.317.597-68, casado sob o regime da Comunhão Parcial de Bens de acordo com a Lei, residente e domiciliado na Rua Prefeito José Guida, 16, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000. **Eleonora Maria Monnerat Erthal**, brasileira, filha de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascida em 23/06/1960, empresária, RG 04.809.189-6, Detran-RJ, em 22/12/2008, CPF 676.423.657-72, casada sob o regime da Comunhão de Bens, residente e domiciliada na Rua Nilo Peçanha, 228, apto. 501, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000. **Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer**, brasileira, filha de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascida em 13/09/1962, empresária, CNH 02496066371, Detran-RJ, em 05/06/2018, CPF 814.143.077-72, casada sob o regime da Comunhão Parcial de Bens de acordo com a Lei, residente e domiciliada na Rua Leblon, 228, Novo Rio das Ostras, Rio das Ostras/RJ, CEP 28.893-380. **Francisco Carlos Monnerat Erthal**, brasileiro, filho de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascido em 09/03/1964, divorciado, empresário, CNH 03193093014, Detran-RJ, em 08/03/2019, CPF 767.641.097-53, residente e domiciliado na Rua Humberto Bergamo, 17, Campo Belo, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000. **Maria Bernadete Erthal de Andrade**, brasileira, filha de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascida em 17/12/1965, empresária, RG 07.052.059-8, Detran-RJ, em 19/12/2018, CPF 874.767.117-34, casada sob o regime da Comunhão Parcial de Bens de acordo com a Lei, residente e domiciliada na Rua 3, 144, Serra Mar, Rio das Ostras/RJ, CEP 28.890-000. **Maria Adriana Monnerat Erthal**, brasileira, filha de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascida em 13/08/1967, professora, RG 07.052.411-1, Detran/RJ, em 31/03/2017, CPF 003.855.647-24, casada sob o regime da Comunhão de Bens, residente e domiciliada à Praça Coronel Monnerat, 228, apto. 502, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000. **Aloysio Monnerat Erthal**, brasileiro, filho de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascido em 06/10/1968, divorciado, empresário, CNH 00045142709, Detran-RJ, em 19/05/2021, CPF 868.439.077-68, residente e domiciliado na Rua Nilo Peçanha, 228, apto. 401, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000. **Ana Claudia Monnerat Erthal**, brasileira, filha de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascida em 06/08/1970, divorciada, empresária, RG 08.686.564-9, Detran-RJ, em 16/05/2017, CPF 012.164.267-40, residente e domiciliada à Praça Coronel Monnerat, 228, apto. 102, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000. **Suzana Maria Erthal Martinez**, brasileira, filha de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascida em 01/02/1974, empresária, CNH 00391777000, Detran-RJ, em 29/04/2021, CPF 036.775.737-00, casada sob o regime da Comunhão Parcial de Bens nos termos do Dec. Lei Federal 1.110/50, residente e domiciliada na Rua Uruguai, 218, Extensão do Bosque, Rio das Ostras/RJ, CEP 28.890-000. **Caroline Maria Monnerat Erthal**, brasileira, filha de Aloysio dos Santos Erthal e de Maria das Dores Monnerat Erthal, nascida em 08/08/1979, solteira, empresária, RG 12.494.896-9, Detran-RJ, em 04/09/2008, CPF 094.343.047-09, residente e domiciliada na Rua Getúlio Vargas, 44, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000. Na qualidade de únicos sócios da sociedade limitada denominada **Café Bonjardinense Torrefação e Moagem Ltda.**, com sede e foro, na RJ 116 - Arraial de Santo Antônio s/nº, Bom Jardim/RJ, registrada na JUCERJA nº 33-201735340, em 03/11/1987, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito promover a presente alteração contratual, nos seguintes termos: **I – Da Operação de Cisão Parcial: Cláusula 1ª** Os sócios quotistas aprovaram o Protocolo e a Justificação para a Cisão desta sociedade – documentos anexos e que ficam sendo considerados parte integrante do presente instrumento – os quais estabelecem as condições para a realização de uma operação de cisão parcial, com versão de parte do seu patrimônio para as sociedades **A. M. ERTH Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico no Sítio Rancharia, Estrada RJ 144, s/n, Zona Rural, Duas Barras/RJ, CEP 28.655-000, CNPJ 65.027.814/0001-65, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1459003-5, em 05/02/2026; **Café Lírio dos Vales Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na Praça Cel. Monnerat, 232, apto. 102, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000, CNPJ 64.538.679/0001-50, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1452442-3, em 16/01/2026; **Santana Participação e Empreendimentos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na Rua Humberto Bergamo, 17, Campo Belo, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000, CNPJ 64.806.712/0001-85, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1453394-5, em 21/01/2026; **J. E. Turismo, Hospedagem e Eventos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na Rua Des. Luiz Pinaud, 3, Loja 3, térreo, Bem-Te-Vi Amarelo, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000, CNPJ 64.457.862/0001-20, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1449619-5, em 02/01/2026; **Café Lírio do ER Torrefação e Moagem Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na Estrada BJ 26, nº 0, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000, CNPJ 59.104.640/0001-94, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1374500-1, em 27/01/2025; **M.B. Erthal de Andrade Agropecuário Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na Rua Getulio Vargas, 53, Sala 204, parte, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000, CNPJ 65.054.332/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1459663-7, em 09/02/2026; **M.A.M. Erthal Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na Rua Nilo Peçanha, 109, SLJ 201, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000, CNPJ 65.469.023/0001-95, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1461117-2, em 12/02/2026; e **Sia Agropecuária Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na Faz. São Joaquim, s/n, Fundos Fazenda Holofote, Zona Rural, Duas Barras/RJ, CEP 28.650-000, CNPJ 65.481.395/0001-37, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1463627-2, em 25/02/2026. ***§1º*** Igualmente, aprovaram a nomeação dos peritos para fazer avaliação da parcela do patrimônio a ser transferido, os (as) Senhores (as): **a) Felipe Rodrigues Machado**, brasileiro, solteiro, contador, CPF 025.121.990-96, CRC/RS 98.678, com escritório profissional na Travessa Leonel de Moura Brizola, 850, São Gonçalo, Pelotas/RS; **b) Matheus de Figueiredo Machado**, brasileiro, casado, contador, CPF 029.253.800-69, CRC/RS 96.086, com escritório profissional na Travessa Leonel de Moura Brizola, 850, São Gonçalo, Pelotas/RS; e **c) Sandra Nornberg Vaniel**, brasileira, solteira, contadora, CPF 690.683.210-72, CRC/RS 69.331, com escritório profissional na Travessa Leonel de Moura Brizola, 850, São Gonçalo, Pelotas/RS, CEP 96.075-320; ***§2º*** Após a apresentação do laudo pelos peritos avaliadores, os sócios quotistas aprovaram dito documento, o qual segue anexo e passa a ser considerado parte integrante do presente instrumento. ***§3º*** Autorizam os administradores da Sociedade a procederem, em nome dos sócios quotistas, todos os atos complementares à Cisão parcial desta empresa. **II – Das Participações dos Sócios: Cláusula 2ª** Devido à cisão retiram-se da sociedade os sócios **Miguel Ângelo Monnerat Erthal, Eleonora Maria Monnerat Erthal, Francisco Carlos Monnerat Erthal, Maria Bernadete Erthal de Andrade, Maria Adriana Monnerat Erthal, Aloysio Monnerat Erthal, Ana Claudia Monnerat Erthal, Suzana Maria Erthal Martinez**, todos anteriormente qualificados, da seguinte forma: a) O sócio **Miguel Ângelo Monnerat Erthal**, anteriormente qualificado, receberá **12.500** quotas da cindenda **M.A.M. Erthal Ltda.**, anteriormente qualificada, no valor nominal de R$ 10,00 cada uma, somando **R$ 125.000,00**; b) A sócia **Eleonora Maria Monnerat Erthal**, anteriormente qualificada, receberá **125.000** quotas da cindenda **J. E. Turismo, Hospedagem e Eventos Ltda.**, anteriormente qualificada, no valor de R$ 1,00 cada uma, somando **R$ 125.000,00**; c) O sócio **Francisco Carlos Monnerat Erthal**, anteriormente qualificado, receberá **125.000** quotas da cindenda **Santana Participação e Empreendimentos Ltda.**, anteriormente qualificada, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, somando **R$ 125.000,00**; d) A sócia **Maria Bernadete Erthal de Andrade**, anteriormente qualificada, receberá **12.500** quotas da cindenda **M.B. Erthal de Andrade Agropecuário Ltda.**, anteriormente qualificada, no valor nominal de R$ 10,00 cada uma, somando **R$ 125.000,00**; e) A sócia **Maria Adriana Monnerat Erthal**, anteriormente qualificada, receberá **125.000** quotas da cindenda **Café Vale do ER Torrefação e Moagem Ltda.**, anteriormente qualificada, no valor de R$ 1,00 cada uma, somando **R$ 125.000,00**; f) O sócio **Aloysio Monnerat Erthal**, anteriormente qualificado, receberá **12.500** quotas da cindenda **A. M. ERTH Ltda.**, anteriormente qualificada, no valor nominal de R$ 10,00 cada uma, somando **R$ 125.000,00**; g) A sócia **Ana Claudia Monnerat Erthal**, anteriormente qualificada, receberá **125.000** quotas da cindenda **Café Lírio dos Vales Ltda.**, anteriormente qualificada, no valor de R$ 1,00 cada uma, somando **R$ 125.000,00**; h) A sócia **Suzana Maria Erthal Martinez**, anteriormente qualificada, receberá **125.000** quotas da cindenda **Sia Agropecuária Ltda.**, anteriormente qualificada, no valor de R$ 1,00 cada uma, somando **R$ 125.000,00**; **III – Do Capital Social: Cláusula 3ª** Tendo em vista as alterações promovidas com a cisão parcial da sociedade **Café Bonjardinense Torrefação e Moagem Ltda.**, anteriormente qualificada, esta terá seu capital reduzido num montante de **R$ 1.000.000,00**, com a consequente extinção de **1.000.000** de quotas, a **Cláusula 3ª** do contrato social passará a vigorar com a seguinte redação: *"O capital social é de R$ 250.000,00 composto de 250.000 quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios quotistas, ficando assim distribuído:* **Quotista / Quotas / Valor / Porcentagem:** Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer / 125.000 / R$ 125.000,00 / 50%; Caroline Maria Monnerat Erthal / 125.000 / R$ 125.000,00 / 50%; **Total / 250.000 / R$ 250.000,00 / 100%.** ***§1º*** *A Sociedade fica, desde já, imitida na posse dos bens objeto da integralização no Capital Social.* ***§2º*** *A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem, solidariamente, pela integralização do capital social.* ***§3º*** *Os sócios não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.* ***§4º*** *Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais e é indivisível em relação à Sociedade.* ***§5º*** *As quotas da Sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores dos sócios, sendo nulas de pleno direito todas as transações que onerem as mesmas."* **IV – Da Administração: Cláusula 4ª** Tendo em vista as alterações contratuais ocorridas, a administração da sociedade será exercida pela sócia remanescente **Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer**, qualificada anteriormente. Sendo assim, a Cláusula 4ª do contrato social passa a vigorar com a seguinte redação: *"A administração da sociedade será exercida pela sócia Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer. A sócia se incumbirá de todas as operações normais de gestão e representação da sociedade ativa e passiva, judicial ou extrajudicialmente. Ficando também definido que no impedimento desta, poderá nomear procurador com poderes especiais, constituído pela sócia, que também poderá assinar individualmente em todos os atos normais de gestão. Os atos que criarem ou extinguirem responsabilidade ou direito, deverão ser obrigatoriamente assinados pela sócia Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer. §1º: Ficam os sócios dispensados neste ato de prestar caução à sociedade. §2º: É expressamente vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos interesses sociais, tais como: avais, fianças, endossos ou assinaturas de favor."* **V – Da Consolidação: Cláusula 5ª** Tendo em vista as alterações contratuais ocorridas, os sócios decidem a consolidação das cláusulas contratuais, revogando quaisquer dispositivos anteriores que conflitem com o ora aprovado, conforme cláusulas a seguir descritas: **Cláusula 1ª – Da Denominação Social, Sede e Prazo:** A sociedade empresária limitada continuará sob a denominação social de **"Café Bonjardinense Torrefação e Moagem Ltda.**", com sede na cidade de Bom Jardim, RJ/RJ 116, s/nº, Arraial de Santo Antônio, CEP 28.660-000, com foro nesta cidade, podendo abrir filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual, sendo seu prazo de duração por tempo indeterminado. **Cláusula 2ª – Do Objeto Social:** A sociedade tem por objeto social o comércio e a indústria de torrefação e moagem de café cru, de acordo com as normas legais vigentes; arrendamentos de imóveis; agricultura, criação de animais, tais como: animais de pequeno e médio porte, bovinos, exploração de culturas agrícolas temporárias e/ou permanentes; sementes e mudas para a agricultura em geral: postura para ovos em geral e incubadoras; comércio de animais vivos. **Cláusula 3ª – Do Capital Social:** O capital social é de **R$ 250.000,00** composto de 250.000 quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios quotistas, ficando assim distribuído: **Quotista / Quotas / Valor / Porcentagem:** Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer / 125.000 / R$ 125.000,00 / 50%; Caroline Maria Monnerat Erthal / 125.000 / R$ 125.000,00 / 50%; **Total / 250.000 / R$ 250.000,00 / 100%. §1º** A Sociedade fica, desde já, imitida na posse dos bens objeto da integralização no Capital Social. **§2º** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem, solidariamente, pela integralização do capital social. **§3º** Os sócios não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais. **§4º** Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais e é indivisível em relação à Sociedade. **§5º** As quotas da Sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores dos sócios, sendo nulas de pleno direito todas as transações que onerem as mesmas. **Cláusula 4ª – Da Administração:** A administração da sociedade será exercida pela sócia **Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer**. A sócia se incumbirá de todas as operações normais de gestão e representação da sociedade ativa e passiva, judicial ou extrajudicialmente. Ficando também definido que no impedimento desta, poderá nomear procurador com poderes especiais, constituído pela sócia, que também poderá assinar individualmente em todos os atos normais de gestão. Os atos que criarem ou extinguirem responsabilidade ou direito, deverão ser obrigatoriamente assinados pela sócia Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer. **§1º:** Ficam os sócios dispensados neste ato de prestar caução à sociedade. **§2º:** É expressamente vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos interesses sociais, tais como: avais, fianças, endossos ou assinaturas de favor. **Cláusula 5ª – Da Remuneração dos Sócios:** Os sócios com função de gerência, farão jus a uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, que será estabelecida entre si e em montante suportado pela sociedade. **Cláusula 6ª – Do Exercício Social - Lucros e Prejuízos:** O exercício social compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano quando se fará um balanço geral, a fim de apurar o resultado do exercício. Se houver lucro, o mesmo será distribuído ou não, total ou parcialmente, se assim convier aos sócios, e sempre em partes proporcionais aos quinhões de capital por eles detidos na sociedade. Em caso de prejuízo, o mesmo será levado à conta de Prejuízos Acumulados. **Cláusula 7ª – Da Cessão e Transferência de Quotas:** As quotas são indivisíveis e, poderão ser livremente transferidas entre os sócios, mas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento de todos os outros sócios a quem ficarão assegurados, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, conforme artigos 1.056 e 1.057, do Código Civil. **§Único –** O exercício do direito de preferência deverá abranger a totalidade das quotas ofertadas. O quotista ofertado deverá notificar o ofertante se desejar exercer seu direito de preferência ou renunciar a ele, no prazo até 30 dias, não sendo permitido, à cessão de tal direito a terceiros. **Cláusula 8ª – Do Falecimento e Interdição:** No caso de falecimento ou interdição de um dos sócios a sociedade não será dissolvida. Havendo acordo, os herdeiros do sócio falecido ou interditado terão direitos e obrigações expressos no presente contrato, podendo para tanto, indicar um deles para representá-los. Não havendo acordo, proceder-se-á a apuração dos haveres e obrigações na data do evento, através do balanço especial, ficando o saldo líquido se houver, à disposição dos herdeiros. **Cláusula 9ª – Da Declaração de Desimpedimento:** Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, com concussão, peculato, ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. **Cláusula 10ª – Dos Casos Omissos e Foro:** Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos pelos sócios, respeitando a legislação vigente, elegendo-se o foro da cidade de Bom Jardim/RJ, com renúncia expressa a qualquer outro para dirimir quaisquer questões porventura existentes. E, por estarem assim justos e contratados, assinam a presente Alteração Contratual, na presença de 02 testemunhas abaixo assinadas, devendo ser procedido o registro e arquivamento na JUCERJA. Bom Jardim/RJ, 18/05/2026. Miguel Ângelo Monnerat Erthal;Eleonora Maria Monnerat Erthal; Margarida Maria Monnerat Erthal Bohrer; Francisco Carlos Monnerat Erthal; Maria Bernadete Erthal de Andrade; Maria Adriana Monnerat Erthal; Aloysio Monnerat Erthal; Ana Claudia Monnerat Erthal; Suzana Maria Erthal Martinez; Caroline Maria Monnerat Erthal. **JUCERJA -** NIRE: 332.0173534-0, Protocolo: 2026/00613815-0, Data do protocolo: 28/05/2026. Certifico o Arquivamento em 08/06/2026 sob o nº 00007822537. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite não chove. Manhã Tarde Noite 31º 18º 55% 05:20 18:21

VOADORA

Polícia pede prisão preventiva de motorista que agrediu idoso

A Polícia Civil de São Paulo pediu a prisão preventiva de Denis Young Kim, apontado como o motorista que agrediu um idoso de 79 anos na sexta-feira passada, no Jardim Helena Maria, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo. A defesa não foi localizada.

Imagens de câmeras de segurança registraram o momento das agressões. O caso foi registrado como tentativa de homicídio por motivo fútil pelo 5º Distrito Policial de Osasco.

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) afirmou que o caso ocorreu na Rua Octalles Marcondes Ferreira, no bairro Helena Maria.

A vítima, identificada como José Ricardo, de 78 anos, caminhava com a ajuda de muletas quando um carro passou bem próximo a ela. José encostou a ponta da muleta na parte de trás do veículo. O motorista saiu do carro, deu uma voadora nas costas do idoso e depois pisou na cabeça dele.

De acordo com a Polícia Civil, diligências realizadas pelas autoridades apontam que, após a identificação do veículo e do proprietário, equipes policiais se dirigiram ao endereço cadastrado de Kim, mas ele não foi localizado.

A SSP diz que as diligências continuam em andamento para localizar o paradeiro do investigado, bem como a conclusão de exames médico-legais na vítima para instruir o inquérito policial encaminhado ao Poder Judiciário.

IRREGULARIDADE

Anvisa interdita parte de terminal no Porto de Santos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a interdição parcial do Brasil Terminal Portuário S.A. (BTP), localizado no Porto de Santos (SP), após identificar irregularidades sanitárias durante inspeção de rotina baseada em análise de risco.

A resolução da Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da agência foi assinada em 29 de outubro e publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União.

Com a decisão, ficam suspensas as atividades de recebimento e armazenagem de insumos médicos com alta sensibilidade a variações térmicas e de suas matérias-primas, além de medicamentos, itens farmacêuticos e produtos sujeitos a controle especial.

A medida preventiva tem como objetivo evitar riscos à qualidade, à segurança e à eficácia dos produtos armazenados no terminal até que as inconformidades sejam corrigidas.

IRREGULARIDADES

Segundo a Anvisa, a fiscalização constatou a ausência de área reservada ao armazenamento de produtos com suspeita de comprometimento da qualidade ou interditados pelas autoridades sanitárias.

O espaço, de acordo com a regulamentação, deve atender a requisitos específicos de conservação e controle de temperatura.

A inspeção também identificou a falta de áreas separadas, trancadas e de acesso restrito para a guarda de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, em diferentes condições de temperatura, como exige a legislação sanitária.

De acordo com a agência, as irregularidades descumprem dispositivos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 938/2024 e da Portaria nº 344/1998, que estabelecem regras para armazenamento e controle de medicamentos e substâncias sujeitos à fiscalização especial.

EMPRESA

A companhia informa que atendeu prontamente às orientações da Anvisa e que o terminal já opera normalmente. "A Brasil Terminal Portuário (BTP) reafirma seu compromisso de prestar serviços portuários de qualidade, atuando com diligência e cumprindo os requisitos estabelecidos pelas agências reguladoras."

CENTRO DA CAPITAL

Prefeitura realiza mutirão de serviços para artesãos

A Prefeitura promove na próxima de segunda-feira um Mutirão de Serviços para Artesãos e Manualistas no Centro Histórico da capital. A atividade será realizada das 10h às 16h30, na Sala Mãos e Mentes Paulistanas, e as inscrições podem ser feitas até às 14h da próxima quinta-feira, por este link.

A ação, realizada por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) e do Mãos e Mentes Paulistanas, tem como objetivo desburocratizar o acesso dos empreendedores manuais aos serviços municipais, oferecendo em um único local o credenciamento de novos artesãos, a atualização de dados cadastrais, o esclarecimento de dúvidas sobre o programa e a entrega presencial da carteira física de benefícios aos profissionais qualificados.

Além do atendimento individualizado, a programação inclui a oferta presencial de três módulos de cursos de qualificação empreendedora gratuitos, fundamentais para a liberação e participação dos credenciados nas feiras e eventos de comercialização da Prefeitura.

"O mutirão é uma ferramenta essencial para aproximar a administração municipal dos empreendedores manuais da nossa cidade. Além de garantir a formalização e a emissão das carteiras do programa, oferecemos capacitação em gestão financeira e de produto para que esses artesãos possam expandir seus negócios e aumentar sua renda", destaca o secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Rodrigo Goulart.

CRIME SEM CASTIGO

Comissão arquiva pedido de impeachment de Nunes

LÓREN SOUZA/AE

DOUGLAS FERREIRA/REDE CÂMARA



Nesta terça-feira, uma Comissão Especial da Câmara Municipal de São Paulo decidiu pelo arquivamento do pedido de impeachment do atual prefeito da cidade, Ricardo Nunes (MDB) (**foto**), em uma votação de placar 5x2.

A comissão foi instaurada na última quinta-feira, para apurar as ações do Executivo relativas à disponibilidade de ônibus em circulação em 25 de outubro, dia da votação do segundo turno das eleições.

No dia da eleição, a Prefeitura afirmou que houve dificuldades logísticas de mobilizar as equipes rapidamente, diante da determinação judicial no sábado, de oferecer 100% dos ônibus O prefeito Ricardo Nunes (MDB) também negou falhas. "Nossa frota que está operando é maior do que a demanda. Não temos nenhum registro de falta de ônibus", disse o prefeito, que chamou os petistas de "irresponsáveis".

A cassação do mandato de Ricardo Nunes foi protocolada na Câmara por Amanda Paschoal (PSOL), Celso Giannazi (PSOL) e Sílvia da Bancada Feminista (PSOL).

Os solicitantes acusam o prefeito de improbidade administrativa, de descumprimento de decisões judiciais e de atentar contra o exercício de direitos políticos no âmbito da suposta falta de ônibus que ocorreu no dia do segundo turno das eleições.

O relator do caso, Major Palumbo (PP), argumentou que o pedido de impeachment apresentado não reúne condições de ser transformado em acusações contra o Ricardo Nunes e apoiou seu arquivamento.

Em sua fala, defendeu que a diminuição da abstenção no segundo turno, em comparação ao primeiro, mostra que não houve problemas relativos ao transporte e alegou que não houve desrespeito à lei eleitoral.

"Não houve omissão ou negligência na defesa de bens, rendas ou interesses da administração ou qualquer ato de improbidade ou até mesmo atentando contra o exercício de direitos políticos, individuais e sociais", defendeu o relator.

Ainda no parecer do relator, ele alegou que as "supostas ilegalidades estão tendo sua apuração em foro próprio, a saber, a Justiça Eleitoral". Portanto, a Câmara municipal não teria competência para avaliar o caso.

Seu voto foi acompanhado por outros quatro vereadores: Rubinho Nunes (União Brasil), presidente da comissão, Kenji Ito (Podemos), Sandra Tadeu (PL) e Sandra Santana (MDB). Na oposição ficaram Luana Alves (PSOL) e Hélio Rodrigues (PT).

Com o placar final, o pedido de impeachment foi então arquivado.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 50ª (QUINQUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 50ª (quinquagésima) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 14 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 50ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda."*, celebrado em 09 de agosto de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de novembro de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação do Titular dos CRI, conforme previsto neste Edital. Para fins de contextualização das matérias constantes da Ordem do Dia, informa-se aos Titulares dos CRI que foi acordada a prorrogação da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043, cuja formalização ocorrerá por meio dos respectivos aditamentos. A referida prorrogação dos Contratos BTS não constitui matéria submetida à deliberação desta Assembleia, observado o disposto na Cláusula 1.4 do Contrato de Cessão, sendo submetidas à aprovação dos Titulares dos CRI as alterações dos CRI e dos Documentos da Operação decorrentes da referida prorrogação, bem como a prévia autorização para a eventual transferência futura dos Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro e a cessão da posição contratual da Cedente nos respectivos Contratos BTS ao FII (conforme definido abaixo) e para os correspondentes ajustes nos Documentos da Operação e a alteração da Conta de Livre Movimentação, conforme descritas abaixo. A Assembleia será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar ou não a alteração das características dos CRI 2ª Série – Subordinado, em decorrência da extensão da vigência dos Contratos BTS mencionada acima, para: a. alterar a Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, atualmente prevista para 28 de março de 2039, que passará a ser 28 de dezembro de 2043; b. alterar, em consequência, o item (x) "Prazo e Data de Vencimento dos CRI" da Cláusula 3.1 do Termo de Securitização e as demais disposições do Termo de Securitização que contenham referências à Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, exclusivamente na medida necessária para refletir a nova data de vencimento; c. substituir integralmente o Item II – "Fluxo de Amortização dos CRI 2ª Série – Subordinado" do "Anexo II – Fluxo de Amortização e Remuneração dos CRI" do Termo de Securitização pelo novo cronograma constante do Anexo I ao material de apoio ao presente Edital, que será disponibilizado aos Titulares dos CRI na mesma data de publicação deste Edital de Convocação ("Material de Apoio"), sendo que referido cronograma passará a integrar o Termo de Securitização e contemplará como Data de Pagamento final dos CRI 2ª Série – Subordinado o dia 28 de dezembro de 2043; sendo certo que não haverá alteração da Data de Vencimento CRI 1ª Série – Sênior ou do cronograma de amortização e remuneração dos CRI 1ª Série – Sênior em decorrência das matérias objeto deste item; (ii) aprovar ou não a prévia autorização para que, a qualquer tempo durante a vigência dos CRI, a Cedente possa (a) transferir ao **BRASOL RENDA IMOBILIÁRIA SOLAR I FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.316.418/0001-92, representado por sua instituição administradora e proprietária fiduciária dos ativos que compõem seu patrimônio, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, e gerido por BRASOL RENEWABLES INVESTMENT COMPANY – BRIC INVESTIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.911.141/0001-05 ("FII") os Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro, conforme definidos na Alienação Fiduciária de Direito de Superfície e (b) ceder e transferir ao FII sua posição contratual nos respectivos Contratos BTS vinculados aos Imóveis Lastro, ficando desde já autorizadas, quando da efetivação de referida cessão e transferência, a substituição da Cedente pelo FII nos Documentos da Operação aplicáveis e a celebração dos respectivos instrumentos e aditamentos necessários para refletir tal transferência sem necessidade de nova deliberação dos Titulares dos CRI para esse fim, sendo certo que a efetivação das matérias previstas neste item (ii) ficará condicionada à conclusão de diligência legal do FII, a ser conduzida pelo assessor legal referido no item (v) abaixo, desde que a diligência legal do FII não identifique qualquer fato, ato, omissão ou restrição jurídica que (a) impeça a implementação da cessão, transferência e substituição previstas neste item; ou (b) impeça o FII de assumir a posição contratual da Cedente nos Documentos da Operação aplicáveis. Uma vez satisfeita referida condição, fica, ainda, desde já autorizada a Emissora a conceder todas e quaisquer anuências necessárias ou convenientes à implementação das matérias previstas neste item (ii), inclusive em quaisquer atos, instrumentos, registros, averbações ou requerimentos perante cartórios, serventias extrajudiciais, órgãos reguladores e demais autoridades competentes, conforme aplicável, observado que as Garantias deverão permanecer válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas; (iii) aprovar ou não a alteração da Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Termo de Securitização), atualmente mantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (033), agência 2271, conta corrente nº 13012174-1, para a conta corrente nº 97169-8, agência 2419, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. (341), de titularidade da Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda., bem como a correspondente alteração da definição de "Conta de Livre Movimentação" e das demais referências correlatas constantes do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis; (iv) aprovar ou não a celebração dos aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para refletir, conforme aplicável, substancialmente nos termos das minutas constantes do Anexo I à Ata de Assembleia (a) a extensão da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043; (b) a nova Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado; (c) o novo fluxo de amortização e remuneração dos CRI 2ª Série – Subordinado aprovado nos termos do item (i) acima; (d) a alteração da Conta de Livre Movimentação nos termos do item (iii) acima; (e) a correspondente adequação das definições, características e referências às Obrigações Garantidas, aos Direitos Creditórios Imobiliários, aos Contratos BTS, às Datas de Vencimento e à Conta de Livre Movimentação, conforme aplicável, ficando consignado que os Direitos Creditórios Imobiliários permanecerão de titularidade da Emissora e vinculados ao Patrimônio Separado e que as Garantias permanecerão válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos respectivos Documentos da Operação; (v) aprovar ou não, caso se pretenda efetivar a cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a contratação do PMK Advogados, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para condução da diligência legal do FII referida no item (ii) acima e prestação dos demais serviços necessários à implementação da estrutura aqui prevista, e nos termos da proposta que constará no Anexo à Ata de Assembleia; e (vi) autorizar ou não a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações que venham a ser aprovadas na Assembleia, incluindo a negociação e celebração dos respectivos aditamentos ao Termo de Securitização e aos demais Documentos da Operação aplicáveis, a concessão das anuências aprovadas nos termos do item (ii) acima, conforme aplicável, bem como a realização dos registros, averbações, comunicações e demais providências necessárias ou convenientes para refletir as alterações aprovadas. Para fins de esclarecimento, em observância ao disposto na Cláusula 14.14.1 do Termo de Securitização, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado somente possuem direito de voto em matérias que tratem diretamente de questões relacionadas à execução de Garantias. Dessa forma, considerando que as matérias constantes da Ordem do Dia acima não tratam diretamente da execução de Garantias, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado poderão participar da Assembleia, porém não exercerão direito de voto nas deliberações objeto deste Edital, devendo os respectivos quóruns de deliberação ser apurados considerando os Titulares dos CRI com direito de voto nos termos do Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI BRASOL – 50ª Emissão"; observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 30 de outubro de 2026. **Alejandro Merino** - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 70ª (SEPTUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 70ª (septuagésima) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 14 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 70ª (septuagésima) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda."*, celebrado em 30 de novembro de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 24 de novembro de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação do Titular dos CRI, conforme previsto neste Edital. Para fins de contextualização das matérias constantes da Ordem do Dia, informa-se aos Titulares dos CRI que foi acordada a prorrogação da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043, cuja formalização ocorrerá por meio dos respectivos aditamentos. A referida prorrogação dos Contratos BTS não constitui matéria submetida à deliberação desta Assembleia, observado o disposto na Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão, sendo submetidas à aprovação dos Titulares dos CRI as alterações dos CRI e dos Documentos da Operação decorrentes da referida prorrogação, bem como a prévia autorização para a eventual transferência futura dos Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro e a cessão da posição contratual da Cedente nos respectivos Contratos BTS ao FII (conforme definido abaixo) e para os correspondentes ajustes nos Documentos da Operação e a alteração da Conta de Livre Movimentação, conforme descritas abaixo. A Assembleia será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar ou não a alteração das características dos CRI 2ª Série – Subordinado, em decorrência da extensão da vigência dos Contratos BTS mencionada acima, para: a. alterar a Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, atualmente prevista para 31 de dezembro de 2041, que passará a ser 28 de dezembro de 2043; b. alterar, em consequência, o item (x) "Prazo e Data de Vencimento dos CRI" da Cláusula 3.1 do Termo de Securitização e as demais disposições do Termo de Securitização que contenham referências à Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, exclusivamente na medida necessária para refletir a nova data de vencimento; c. substituir integralmente o Item II – "Fluxo de Amortização dos CRI 2ª Série – Subordinado" do "Anexo II – Fluxo de Amortização e Remuneração dos CRI" do Termo de Securitização pelo novo cronograma constante do Anexo I ao material de apoio ao presente Edital, que será disponibilizado aos Titulares dos CRI na mesma data de publicação deste Edital de Convocação ("Material de Apoio"), sendo que referido cronograma passará a integrar o Termo de Securitização e contemplará como Data de Pagamento final dos CRI 2ª Série – Subordinado o dia 28 de dezembro de 2043; sendo certo que não haverá alteração da Data de Vencimento CRI 1ª Série - Sênior ou do cronograma de amortização e remuneração dos CRI 1ª Série – Sênior em decorrência das matérias objeto deste item; (ii) aprovar ou não a prévia autorização para que, a qualquer tempo durante a vigência dos CRI, a Cedente possa (a) transferir ao **BRASOL RENDA IMOBILIÁRIA SOLAR I FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.316.418/0001-92, representado por sua instituição administradora e proprietária fiduciária dos ativos que compõem seu patrimônio, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, e gerido por BRASOL RENEWABLES INVESTMENT COMPANY – BRIC INVESTIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.911.141/0001-05 ("FII") os Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro, conforme definidos na Alienação Fiduciária de Direito de Superfície e (b) ceder e transferir ao FII sua posição contratual nos respectivos Contratos BTS vinculados aos Imóveis Lastro, ficando desde já autorizadas, quando da efetivação de referida cessão e transferência, a substituição da Cedente pelo FII nos Documentos da Operação aplicáveis e a celebração dos respectivos instrumentos e aditamentos necessários para refletir tal transferência sem necessidade de nova deliberação dos Titulares dos CRI para esse fim, sendo certo que a efetivação das matérias previstas neste item (ii) ficará condicionada à conclusão de diligência legal do FII, a ser conduzida pelo assessor legal referido no item (v) abaixo, desde que a diligência legal do FII não identifique qualquer fato, ato, omissão ou restrição jurídica que (a) impeça a implementação da cessão, transferência e substituição previstas neste item; ou (b) impeça o FII de assumir a posição contratual da Cedente nos Documentos da Operação aplicáveis. Uma vez satisfeita referida condição, fica, ainda, desde já autorizada a Emissora a conceder todas e quaisquer anuências necessárias ou convenientes à implementação das matérias previstas neste item (ii), inclusive em quaisquer atos, instrumentos, registros, averbações ou requerimentos perante cartórios, serventias extrajudiciais, órgãos reguladores e demais autoridades competentes, conforme aplicável, observado que as Garantias deverão permanecer válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas; (iii) aprovar ou não a alteração da Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Termo de Securitização), atualmente mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), agência 2372, conta corrente nº 38260-4, para a conta corrente nº 97166-4, agência 2419, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. (341), de titularidade da Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda., bem como a correspondente alteração da definição de "Conta de Livre Movimentação" e das demais referências correlatas constantes do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis; (iv) aprovar ou não a celebração dos aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para refletir, conforme aplicável, substancialmente nos termos das minutas constantes do Anexo I à Ata de Assembleia (a) a extensão da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043; (b) a nova Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado; (c) o novo fluxo de amortização e remuneração dos CRI 2ª Série – Subordinado aprovado nos termos do item (i) acima; (d) a alteração da Conta de Livre Movimentação nos termos do item (iii) acima; (e) a correspondente adequação das definições, características e referências às Obrigações Garantidas, aos Direitos Creditórios Imobiliários, aos Contratos BTS, às Datas de Vencimento e à Conta de Livre Movimentação, conforme aplicável, ficando consignado que os Direitos Creditórios Imobiliários permanecerão de titularidade da Emissora e vinculados ao Patrimônio Separado e que as Garantias permanecerão válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos respectivos Documentos da Operação; (v) aprovar ou não, caso se pretenda efetivar a cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a contratação do PMK Advogados, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para condução da diligência legal do FII referida no item (ii) acima e prestação dos demais serviços necessários à implementação da estrutura aqui prevista, e nos termos da proposta que constará no Anexo à Ata de Assembleia; e (vi) autorizar ou não a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações que venham a ser aprovadas na Assembleia, incluindo a negociação e celebração dos respectivos aditamentos ao Termo de Securitização e aos demais Documentos da Operação aplicáveis, a concessão das anuências aprovadas nos termos do item (ii) acima, conforme aplicável, bem como a realização dos registros, averbações, comunicações e demais providências necessárias ou convenientes para refletir as alterações aprovadas. Para fins de esclarecimento, em observância ao disposto na Cláusula 14.14.1 do Termo de Securitização, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado somente possuem direito de voto em matérias que tratem diretamente de questões relacionadas à execução de Garantias. Dessa forma, considerando que as matérias constantes da Ordem do Dia acima não tratam diretamente da execução de Garantias, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado poderão participar da Assembleia, porém não exercerão direito de voto nas deliberações objeto deste Edital, devendo os respectivos quóruns de deliberação ser apurados considerando os Titulares dos CRI com direito de voto nos termos do Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI BRASOL – 70ª Emissão"; observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 30 de outubro de 2026. **Alejandro Merino** - Diretor de Securitização

Manhã Tarde Noite 36º 22º 45% 05:10 18:10

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite não chove.

SISTEMA DE ÁGUA

Cedae paralisa Guandu para se preparar para o verão no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) paralisou a produção de água do Sistema Guandu, na madrugada de ontem, para que a estação de tratamento seja preparada para a alta do consumo no verão. A conclusão da manutenção preventiva está prevista para as 4h da madrugada de hoje.

Até lá, ficará suspenso o fornecimento para as concessionárias que atendem à capital e aos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti.

A produção será retomada de forma gradativa, o que pode durar até 72 horas. A Cedae recomenda aos consumidores que reservem água para o período, adiando tarefas que demandem grande consumo, como lavar calçadas e carros.

A demora na normalização do serviço deve ser maior para residências em áreas mais altas dos municípios.

A captação e o tratamento do Rio Guandu, na Baixada Fluminense, abastecem cerca de 9 milhões de pessoas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

MANUTENÇÃO

O Sistema Guandu produz em média 43 mil litros de água por segundo. Desde 2007, a Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu está no livro *Guinness World Records* como a maior estação de água em tratamento contínuo do mundo.

Para garantir a continuidade do serviço no verão, uma equipe de 500 funcionários atua em mais de 100 frentes de trabalho, realizando serviços de vistoria, limpeza, manutenções preventivas e corretivas em equipamentos e estruturas do sistema.

O trabalho inclui também a instalação de um macromedidor, equipamento que funciona como hidrômetro para tubulações de grande porte.

"A manutenção preventiva aumenta a garantia de que o sistema chegue ao verão em plenas condições operacionais, diminuindo a chance de alguma paralisação emergencial ou redução da produção justamente no período de maior consumo", explica a diretora de Saneamento e Grande Operação da Cedae, Elisa Silva.

SÃO CONRADO

Polícia investiga acidente com asa-delta que deixou dois mortos

VITOR ABDALA/ABRASIL

A Polícia Civil investiga o acidente com uma asa-delta que deixou dois mortos na segunda-feira passada, na cidade do Rio de Janeiro. O equipamento de voo se chocou com o solo, na praia de São Conrado, na zona sul da cidade, com duas pessoas a bordo: Luis Eduardo Rodrigues dos Santos e de Adrian Guillermo Arismendi.

De acordo com a Polícia Civil, a Delegacia da Gávea (15ª DP) ouvirá testemunhas do incidente. Além disso, a asa-delta passará por perícia.

As duas vítimas chegaram a ser socorridas pelo Corpo de Bombeiros, mas ambas estavam em situação grave, com parada cardiorrespiratória.

No Hospital Municipal Miguel Couto, as equipes médicas ainda tentaram salvá-los, mas eles não resistiram, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

A praia de São Conrado funciona como uma pista de pouso para as asas-deltas que partem do alto da Pedra Bonita, muitas delas em voos duplos.

REDES SOCIAIS

Paes defende segundo turno no RJ: 'Povo do Rio tem direito de votar'

GIOVANNA MASSARO/AE

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL



Eduardo Paes (PSD) (**foto**), ex-candidato ao governo do Rio de Janeiro, defendeu em suas redes sociais, ontem, um segundo turno no estado. Seu adversário nas eleições deste ano, Douglas Ruas (PL), foi declarado eleito após os votos em Anthony Garotinho (Republicanos) serem anulados.

No vídeo publicado, Paes alega que nem ele, nem Douglas Ruas, tiveram a maioria absoluta dos votos para governador do RJ. "Ninguém alcançou a maioria absoluta, ou seja, ninguém teve mais do que 50% dos votos [...] E a Constituição, gente, é muito clara, sem maioria absoluta, tem segundo turno", afirmou.

Ele também alegou que sua campanha avisou várias vezes que Garotinho teve seus direitos políticos cassados antes das eleições, condenado por em uma ação civil pública por improbidade administrativa. "Ele (Garotinho) não podia votar e muito menos ser candidato. Eu não culpo a Justiça Eleitoral, porque infelizmente a lei ainda permite esse tipo de manobra", disse no vídeo.

Quatro dias após o primeiro turno o TSE rejeitou, por 5 a 2, a candidatura de Garotinho e anulou os 274.411 votos recebidos por ele no primeiro turno das eleições. A decisão, dessa maneira, fez com que Douglas Ruas (PL) fosse declarado eleito.

Se os votos fossem considerados válidos, haveria segundo turno no Rio, uma vez que nesse cenário nenhum dos candidatos atingiu a porcentagem de votos necessária. Ruas teve 4.271.199 votos (49,27% dos válidos), contra 3.706.984 de Paes (42,76%). Com a anulação, o candidato do PL passou a ter aproximadamente 50,9%.

Paes também se justificou sobre ter falado pouco sobre o tema: "Muita gente me perguntou por que eu fiquei em silêncio sobre a eleição aqui no Rio desde a decisão do TSE. A resposta é muito simples. Eu entendi que a disputa jurídica do Rio não podia atrapalhar a eleição presidencial. O país precisava votar com tranquilidade e foi isso que aconteceu".

"A justiça eleitoral já tem eleições suplementares previstas para o dia 6 de dezembro e outros lugares do país", completou. Segundo o calendário disponível no site do TSE, oito cidades irão às urnas nesta data para eleger novos prefeitos e vice-prefeitos.

DOENÇA

Mpox: RJ já tem mais que o dobro dos casos registrados em 2025

BÁRBARA MARQUES/AE

O Estado do Rio de Janeiro confirmou 269 casos de mpox entre janeiro de 2026 e ontem. O número é mais que o dobro do registrado durante todo o ano de 2025 (119 casos). Não houve mortes pela doença em nenhum dos dois períodos, segundo informações enviadas pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ) ao Estadão.

A pasta informou que a Vigilância Epidemiológica identificou um aumento recente dos casos e que acompanha a evolução do cenário.

Na capital, o painel EpiRio, atualizado também nesta terça-feira, registra 196 casos confirmados em 2026, contra 94 em todo o ano passado. Não há óbitos registrados nos dois períodos.

Questionada sobre um possível reforço da vacinação diante do aumento de casos, a SES-RJ respondeu que a medida compete ao Ministério da Saúde.

COMO SE PREVENIR?

A mpox é uma doença viral transmitida principalmente pelo contato próximo com pessoas infectadas, a partir de lesões na pele, fluidos corporais e secreções respiratórias. Objetos contaminados, como roupas e lençóis, também podem favorecer a transmissão.

O quadro pode causar febre, dores no corpo, cansaço, ínguas e lesões que evoluem para bolhas e crostas. Na maioria dos casos, a infecção se resolve espontaneamente, e o tratamento busca aliviar os sintomas e cuidar das lesões.

A secretaria recomenda evitar contato físico direto com lesões na pele ou mucosas de pessoas com suspeita ou confirmação de mpox. A orientação inclui evitar contato íntimo e relações sexuais diante de sinais ou sintomas suspeitos, até avaliação por um profissional de saúde.

Também não devem ser compartilhados objetos pessoais que possam estar contaminados, como toalhas, roupas de cama e vestimentas.

Pessoas com lesões suspeitas, especialmente nas regiões genital, anal e oral, ou em outras partes do corpo, devem procurar uma unidade de saúde. As manifestações podem vir acompanhadas ou não de febre e aumento dos linfonodos.

Em caso de suspeita ou confirmação, é necessário seguir as orientações dos serviços de saúde sobre isolamento e acompanhamento, evitando contato físico próximo até a completa cicatrização das lesões e a formação de uma nova camada de pele

A vacinação está disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para grupos específicos, conforme as recomendações do Ministério da Saúde.

A SES-RJ reforça a importância do diagnóstico oportuno e das medidas preventivas, com atenção às populações mais expostas e sem estigmatizar as pessoas acometidas.

VACINAÇÃO

No Brasil, a imunização contra mpox foi iniciada em 2023, após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberar o uso provisório de um imunizante conhecido como Jynneos ou Imvanex, produzido pela farmacêutica Bavarian Nordic.

No Brasil, podem se vacinar:

- Pessoas entre 18 e 49 anos que vivem com HIV/Aids e profissionais que atuam diretamente em contato com o vírus em laboratórios;

- Pessoas com mais de 18 anos que foram expostas ao vírus mpox por contato direto ou indireto com fluidos e secreções de uma pessoa contaminada;

- Caso haja vacina disponível na rede, a imunização pode ser indicada também para indivíduos em situação de profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP).

BEBÊS

Novembro Roxo alerta para cuidados com prematuros após alta hospitalar

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Bebês prematuros que recebem alta hospitalar continuam precisando de acompanhamento especializado para monitorar o crescimento, a alimentação e o desenvolvimento. Esse é o alerta do Novembro Roxo, campanha de conscientização sobre a prematuridade, que destaca a continuidade da assistência às crianças nascidas antes das 37 semanas de gestação, inclusive após a alta.

Desenvolvida em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e organizações dedicadas ao tema, a campanha deste ano tem como slogan: "Prematuro: pequeno no tamanho, grande no potencial. Investir no acompanhamento pós-alta é proteger o futuro". A iniciativa reforça a importância de olhar além da sobrevivência neonatal e garantir atenção à saúde, ao crescimento e ao desenvolvimento das crianças, além de condições de acesso aos serviços após a saída do hospital.

A diretora executiva da ONG Prematuridade.com, Denise Suguitani, acredita que a campanha deste ano é uma oportunidade de ampliar a compreensão da sociedade sobre essas necessidades.

"Durante muito tempo, quando falávamos sobre prematuridade, o olhar estava concentrado principalmente na sobrevivência e nos desafios da internação neonatal. Essa etapa continua sendo fundamental, mas precisamos avançar na discussão sobre o que acontece depois", disse.

Segundo ela, após a alta, as famílias continuam precisando de orientação, acesso a especialistas e apoio para acompanhar o desenvolvimento da criança. "Investir nesse cuidado é oferecer oportunidades para que cada criança alcance seu potencial, respeitando suas necessidades e sua individualidade", completou.

Suguitani também ressaltou que é preciso reforçar a esperança sem transformar a prematuridade em uma história obrigatória de superação ou prometer que todas as crianças terão os mesmos resultados. "O acompanhamento adequado não elimina todos os riscos, mas permite reconhecer necessidades, orientar decisões e oferecer apoio em cada etapa".

Um levantamento feito com base nos dados da DRG Brasil, desenvolvida pelo Grupo IAG Saúde, identificou 75.301 internações relacionadas ao nascimento de bebês prematuros entre janeiro de 2022 e junho de 2026. Desse total, 53,7% envolveram necessidade de cuidados intensivos. A permanência média no hospital foi de 15,2 dias, mas variou conforme a idade gestacional. Entre os bebês nascidos com menos de 28 semanas, a média foi de 49,4 dias.

O levantamento apontou ainda pelo menos 1.789 readmissões hospitalares nos primeiros 30 dias de vida, relacionadas a condições como icterícia (69,4%), problemas alimentares (9,8%) e doenças respiratórias.

Em outro estudo, feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais e brasileiro e publicado em 2024 em uma revista científica, acompanhou 34 crianças prematuras em um programa híbrido de avaliação do desenvolvimento até os 12 meses de idade corrigida. Entre elas, 18 apresentaram pelo menos um resultado alterado nos testes de desenvolvimento, e crianças com determinados sinais de atraso foram encaminhadas para intervenção precoce.

"A alta da UTI neonatal gera um sentimento de ambivalência por parte dos pais: de um lado, a felicidade por vencer a UTI e, de outro, o medo e a dúvida sobre se vão dar conta dos cuidados. Isso acontece porque o bebê alcançou condições clínicas para continuar o tratamento fora do hospital, mas ainda tem uma trajetória de cuidados após a alta", explicou a pediatra e neonatologista, professora da Faculdade de Medicina da UFRGS, Rita Silveira. De acordo com ela, o organismo de uma criança que nasceu prematura ainda está em formação e apresenta inúmeras necessidades para um desenvolvimento adequado. Daí a necessidade de acompanhar o crescimento, a alimentação, a respiração e o desenvolvimento neurológico, respeitando as particularidades e os riscos de cada criança.

Nota

MEIO AMBIENTE E ORDEM PÚBLICA EMBARGAM OBRA EM QUIOSQUE

A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (Smac), com apoio da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop), embargou, na segunda-feira, uma obra irregular de expansão do Quiosque Reservado – Ilha 7, localizado na Praia da Reserva, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste. A intervenção estava sendo realizada sem autorização dos órgãos competentes, em uma Área de Preservação Permanente (APP). A Seop deu início a retirada dos materiais utilizados no local na mesma noite, o trabalho seguirá acontecendo nesta terça-feira. O responsável pela obra já havia sido notificado anteriormente pela Gerência Técnica Regional (GTR) e chegou a comparecer ao órgão, mas não interrompeu as atividades irregulares. Durante a fiscalização, o responsável não foi encontrado no local. Um vigia foi conduzido à 16ª Delegacia de Polícia, na Barra da Tijuca.

STF

Fux barra ação que tentava anular rejeição de Jorge Messias

FELIPE DE PAULA
E FAUSTO MACEDO/AE

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou ontem, uma ação apresentada pela Associação Civitas para Cidadania e Cultura contra a decisão do Senado que rejeitou, em 29 de abril, a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para uma vaga na Corte - cadeira deixada por Luís Roberto Barroso em outubro.

A entidade havia recorrido ao Supremo em 2 de maio para tentar anular a votação secreta dos senadores e obrigar a Casa à uma nova deliberação sobre a indicação de Messias. No entanto, Fux apontou que Gisela Luisa Sterzi de Britto, advogada responsável pela representação da associação, está com a inscrição cancelada na Ordem dos Advogados do Brasil.

Na ação, a Civitas pediu a concessão de uma liminar para suspender imediatamente os efeitos da rejeição de Messias até o julgamento definitivo do caso.

A associação sustentou que a rejeição da indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teria ocorrido mediante "vício de vontade, desvio de finalidade e violação ao devido processo constitucional". Com base nesses argumentos, solicitou que o STF declarasse a nulidade da votação.

A associação também pediu que o Senado fosse obrigado a realizar uma nova análise da indicação de Messias, desta vez por meio de votação nominal e aberta, de forma a garantir, segundo a entidade, maior transparência e possibilidade de verificação dos votos dos parlamentares.

Messias recebeu 34 votos favoráveis e 42 contrários no Senado, ficando abaixo dos 41 votos necessários para garantir sua aprovação, em uma votação com todos os 81 senadores aptos a participar. Com a derrota, a indicação foi arquivada.

O advogado-geral da União enfrentou a maior resistência pública a uma indicação ao STF em 120 anos. Seu nome foi formalmente encaminhado ao Senado em abril, mais de quatro meses depois de o presidente Lula anunciar sua escolha, em novembro de 2025.

Lula já afirmou que pretende indicar novamente Jorge Messias ao STF apesar da rejeição. A tentativa, porém, esbarra em um ato da Mesa Diretora do Senado de 2010, que proíbe uma nova votação de indicação rejeitada na mesma sessão legislativa, período que corresponde a um ano de trabalho do Congresso. A regra impediria, portanto, que Messias fosse submetido a outra votação ainda em 2026.

Jogatina

AGU defende medida provisória que proibiu bets no país

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu ontem a validade da Medida Provisória 1.394 de 2026, que proibiu o funcionamento das empresas que operam sites de apostas online, as bets.

A defesa foi em audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater a proibição das apostas eletrônicas.

O advogado-geral argumentou que a medida provisória buscou proteger a saúde da população, a renda das famílias e a economia do país.

"O Estado pode interromper uma atividade econômica quando a experiência demonstra que sua exploração compromete direitos fundamentais? Sim, pode e deve agir quando os instrumentos de proteção se mostram insuficientes", defendeu.

Messias disse que a regulamentação das bets demonstrou que a restrição da publicidade, mecanismos de fiscalização e controle não foram suficientes para proteger a população.

"Não há incoerência em corrigir uma escolha quando os seus efeitos se revelam socialmente gravosos. Incoerente seria conhecer o sofrimento das famílias e insistir no mesmo caminho apenas para preservar patrocínios e receitas empresariais", completou.

AUDIÊNCIA

A audiência pública foi convocada pelo ministro Luiz Fux, relator dos recursos no Supremo pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR).

As entidades pedem a derrubada da medida provisória editada em setembro deste ano.

Audiência

Ministro aponta ligação entre bets e crime organizado

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, disse ontem que o governo federal constatou uma "proximidade indesejável" entre o setor de bets e o crime organizado. Durante audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater a proibição das bets, o ministro afirmou que a medida provisória que proibiu o funcionamento de empresas que operam sites de apostas online contribuiu para o combate ao crime.

"Desafortunadamente, constatamos uma proximidade indesejável da atividade de bets com o crime organizado, com a lavagem de dinheiro", afirmou.

De acordo com dados do Ministério da Justiça apresentados ao Supremo, já foram bloqueados R$ 3,3 bilhões em movimentações suspeitas ligadas às bets. O montante foi alcançado após 21 operações policiais e do Ministério Público realizadas desde 2018. Segundo o ministro, o crime organizado utiliza o sistema de apostas eletrônicas para dar aparência de legalidade ao dinheiro obtido ilegalmente com o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas.

Vitória de Lula

Senado aprova, em 2º turno, PEC da Segurança por 75 a 0

NAOMI MATSUI
E ÍTALO LO RE/AE

RICARDO STUCKERT/PR



O Senado aprovou ontem, em 2º turno, por 75 a 0, a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O texto vai para promulgação, em data que ainda será definida.

O resultado representa uma vitória para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que encampou o texto e conseguiu barrar a tentativa da oposição de incluir uma redução da maioridade penal. Por 38 a 36, senadores aprovaram um requerimento para retirar da PEC a discussão da maioridade e deixar o tema para ser avaliado à parte, num momento posterior. O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), queria estabelecer a redução da maioridade penal para 16 anos de forma geral e para 14 anos no caso de crimes hediondos.

O presidente Lula prometeu que, com a aprovação da PEC, criaria o Ministério da Segurança Pública. A ideia é que a pasta centralize a interlocução com os Estados na área e coordene medidas para um combate ainda mais efetivo em relação ao avanço de facções como o PCC e o Comando Vermelho.

Entre os nomes cotados para assumir a pasta, está o do promotor de Justiça Lincoln Gakiya, do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP).

O QUE DIZ A PEC

Apresentada pelo Executivo, a PEC 18/2025 reorganiza o sistema de segurança pública - com ampliação de atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), por exemplo - e visa a fortalecer a integração entre as forças de segurança, sobretudo no combate ao crime organizado.

O texto permite a criação de polícias municipais, de ouvidorias autônomas e do Sistema de Políticas Penais, para melhorar a administração do sistema prisional brasileiro. Além da destinação de mais recursos para a área da segurança, com a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição.

As mudanças seriam um complemento ao projeto de lei Antifacção, sancionado em março deste ano pelo governo Lula. Após passar por uma série de revisões no Congresso, a legislação teve como enfoque o endurecimento de penas e a facilitação para o perdimento de bens em investigações relacionadas ao crime organizado.

O Senado manteve a destinação de 10% do superávit do Fundo Soberano do Pré-Sal para o setor.

A PEC da Segurança cria também um regime penal mais rigoroso e proporcional à posição hierárquica de líderes e integrantes de facções, organizações paramilitares e milícias, com previsão de prisão obrigatória em presídios de segurança máxima.

Outro ponto é que dá poder aos municípios para criarem suas próprias polícias comunitárias, uma vez que tenham "capacidade financeira" para custear a corporação, mas veda "a coexistência de órgão municipal de segurança pública com atribuições sobrepostas".

Como vem mostrando o Estadão, tem havido uma tendência de municipalização da segurança pública no País. No ano passado, o número de guardas municipais superou o de polícias civis pela 1ª vez desde que as forças de segurança passaram a ter desenho parecido ao de hoje, no fim dos anos 1970. Com aumento de 12,9% no efetivo em dois anos, já são 107,5 mil agentes espalhados pelo País.

Com a PEC da Segurança Pública, a tendência é que a União também passe a ter mais protagonismo na área. Uma das propostas da PEC da Segurança Pública, por exemplo, está ligada à ampliação das atribuições da Polícia Federal e à autorização da Polícia Rodoviária Federal para atuar também em ferrovias e hidrovias federais.

USO DO FNSP

Durante a votação, senadores aprovaram uma emenda do senador Carlos Portinho (PL-RJ) para autorizar o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para financiar operações das Forças Armadas em situações específicas, como em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Segundo o autor, o objetivo é dar segurança jurídica ao financiamento de operações integradas entre as Forças Armadas e os demais órgãos de segurança pública, ampliando a capacidade de resposta do Estado ao crime organizado e a situações de calamidade.

A emenda ressalta que os recursos não seriam destinados à manutenção ordinária das Forças Armadas nem à ampliação permanente de suas atribuições.

Congresso

Alcolumbre promete pautar redução da maioridade penal

NAOMI MATSUI/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou que, se a Câmara aprovar a redução da maioridade penal em novembro, o tema será pautado no Senado.

"Se a Câmara dos Deputados deliberar na comissão especial o que está proposto para redução da maioridade penal na Proposta de Emenda Constitucional que será votada na Câmara agora em novembro, um dia depois que a Câmara votar, a PEC estará no plenário para senadores e senadores decidirem se vão reduzir ou não a maioridade penal no Brasil", declarou durante sessão do Senado.

A oposição queria analisar o tema dentro da PEC da Segurança, mas o plenário aprovou um requerimento para transformar em um projeto à parte as duas emendas que tratavam sobre a redução.

A primeira era uma emenda do líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), para estabelecer a redução da maioridade penal para 16 anos de forma geral e para 14 anos no caso de crimes hediondos.

A outra emenda era do senador Camilo Santana (PT-CE), que pedia a redução da maioridade penal para 16 anos apenas para crimes graves - nos outros casos, continuaria em 18 anos.

Rainha do agrotóxico

Tereza Cristina reafirma candidatura à presidência do Senado

NAOMI MATSUI
E GIOVANNA MASSARO/AE

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



A líder do PP no Senado, Tereza Cristina (PP-MS), reafirmou ontem, sua intenção de disputar a presidência da Casa. Ela afirmou estar em diálogo com Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição ao Senado e aliado do PP, que defendeu o voto aberto entre os legisladores para pressionar quem se elegeu com o apoio do bolsonarismo.

Marinho também tem a intenção de concorrer à presidência do Senado, que será decidida em fevereiro de 2027, por meio de eleição entre os senadores. Segundo Tereza Cristina, ainda não há um acordo com o senador do PL. Outro nome que deve disputar o cargo é o atual presidente da casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), apoiado pelo governo Lula.

Rogério Marinho afirmou que não concorrerá contra Tereza e que o Partido Liberal deve debater hoje, a votação aberta para a decisão. Atualmente, a escolha é feita a partir do voto secreto dos senadores, mas o partido avalia defender a abertura das posições, de forma a pressionar parlamentares que poderiam votar pela reeleição de Alcolumbre.

Ontem, o senador do PL e a senadora do PP afirmaram que estão dialogando e ambos mantêm a intenção de concorrer até o momento. Segundo Rogério, no entanto, a tendência é que eles não sejam adversários na disputa. "Continuamos a conversar. Estamos (discutindo) um acordo entre nós, mas não seremos candidatos um contra o outro", disse.

"Rogério Marinho e eu conversamos muito sobre esse assunto, até por sermos do mesmo campo. A minha candidatura está mantida e a dele também. Vamos ver mais para frente. Temos pouco menos de 90 dias para isso. E eu quero ser a primeira mulher presidente do Senado", declarou Tereza a jornalistas.

Uma das possibilidades discutidas pela oposição ao governo no Senado é costurar um acordo para que Marinho e Tereza façam um rodízio, com um concorrendo no ano que vem e outro em 2029.

AUDIÊNCIA NO STF

Padilha defende proibição das bets e cita impacto no SUS

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, defendeu ontem a manutenção da decisão do governo federal que proibiu o funcionamento das empresas que operam sites de apostas *online*, conhecidas como bets.

Durante audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater a proibição, o ministro disse que está preocupado com o impacto das apostas no Sistema Único de Saúde (SUS) e com a situação de pessoas que podem tirar a própria vida por estarem endividadas ou se tornarem vítimas da ludopatia (vício em jogos).

"A única e melhor solução para evitar suicídios, evitar pessoas viciadas, violência familiar, é mantermos a proibição das bets", afirmou.

Na avaliação do ministro, todos os países que legalizaram as bets registraram piora nos indicadores de saúde ligados ao jogos *online*.

Padilha também disse que o Brasil foi "o primeiro a ter a coragem" de proibir as bets.

"Não tem nenhum país que, ao legalizar as bets, reduziu o número de pessoas que procuram o serviço de saúde por conta da ludopatia, reduziu o risco de saúde, reduziu a violência familiar", comentou.

DADOS

Durante a audiência, o ministro apresentou dados que mostram aumento de 200% na procura de atendimento no SUS por causa dos malefícios provocados pelas bets.

Os dados também mostram que 28 milhões de pessoas fizeram apostas nos 12 meses anteriores à proibição das bets. Desse total, cerca de 11 milhões apresentaram padrões de risco ou comportamento problemático.

Padilha citou que o governo federal já registrou 1,2 milhão de pedidos de autoexclusão de CPFs para bloquear a realização dos jogos. "Não é dinheiro que se perde, perde o controle da vida. Quarenta por cento deles (do total de 1,2 milhão) falaram que não aguentam mais perder o controle", completou.

AUDIÊNCIA

A audiência pública foi convocada pelo ministro Luiz Fux, relator dos recursos apresentados no Supremo pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR).

As entidades pediram a derrubada da medida provisória que proibiu a exploração e publicidade dos jogos *online*. A MP foi editada em setembro deste ano.

APLICATIVO

Justiça condena 99 a indenizar vítima estuprada por motorista

ANA MAGALHÃES/AE

A Justiça de Minas Gerais condenou ontem, a empresa de transporte por aplicativo 99 Tecnologia Ltda. a indenizar em R$ 300 mil a vítima de estupro que foi deixada inconsciente na calçada por um motorista da plataforma, em Belo Horizonte, em 2023. Cabe recurso.

Além da indenização, a decisão, proferida pela 32ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, determinou que a empresa custeie integralmente os tratamentos psicológicos e psiquiátricos da vítima até sua alta definitiva. Após o episódio, a vítima desenvolveu transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), crises de pânico e ansiedade. Em caso de descumprimento, permanece prevista multa de R$ 4 mil.

De acordo com os altos, o valor de R$ 300 mil por danos de morais será corrigido pelo IPCA a partir da publicação da sentença. Além disso, a empresa deverá fazer o pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios.

O caso aconteceu na madrugada do dia 30 de julho de 2023, após a vítima ir a um show do cantor Thiaguinho no Mineirão, onde consumiu bebida alcoólica com amigos. A vítima estava em estado de vulnerabilidade quando um amigo solicitou uma corrida para ela pelo aplicativo.

SENTENÇA

Na sentença do juiz Elton Pupo Nogueira também foi definido que a empresa deverá ressarcir a vítima em R$ R$ 3.851,77 por despesas materiais já comprovadas. Entre elas estão medicamentos, coparticipação em plano de saúde e parte do aluguel de um imóvel que ela precisou deixar em decorrência do trauma.

Segundo o magistrado, houve falha na prestação do serviço de transporte, já que o motorista da plataforma deixou a vítima desacordada na rua e não garantiu a chegada em segurança ao destino.

Foram rejeitados os argumentos de que a empresa atuou somente como intermediadora tecnológica e de que o crime foi cometido exclusivamente por terceiros.

Nogueira também afirmou que o motorista aceitou realizar o transporte mesmo sabendo que a vítima havia ingerido bebida alcoólica. Ao chegar ao destino, por volta das 3h, tentou entrar em contato com familiares pelo interfone e por telefone. Depois de dez minutos, retirou a vítima inconsciente do veículo com ajuda de um motociclista que passava no local e a deixou na calçada, em frente à residência.

Durante a madrugada, Wemberson Carvalho da Silva encontrou a vítima, a carregou até um campo de futebol nas proximidades e praticou a violência sexual. Exames médicos atestaram o estupro

Na época, a vítima, que tinha 22 anos, foi encontrada seminua por moradores e encaminhada ao Hospital Odilon Behrens.

"A conduta em exame consiste no abandono do consumidor em situação de vulnerabilidade, ato criador de risco à integridade física e que viola, de modo evidente, a cláusula de incolumidade anexa ao contrato de transporte. Em julgamento está, portanto, a conduta do motorista vinculado à parte ré que, após concordar em transportar pessoa que havia ingerido bebida alcoólica, a abandonou inconsciente na rua, em horário noturno", escreveu o magistrado na decisão.

Wemberson foi condenado, em 2024, a 10 anos, oito meses e dez dias de prisão. O motorista da 99 foi absolvido da acusação de estupro de vulnerável por omissão imprópria.

AMAZÔNAS

PF inaugura laboratório para combater garimpo ilegal

Com a finalidade de fortalecer o combate ao garimpo ilegal e aos crimes ambientais na Amazônia, a Polícia Federal (PF) inaugurou, ontem, o Laboratório de Geoquímica Forense para Rastreabilidade Mineral. A estrutura foi montada no Instituto Nacional de Criminalística (INC), em Brasília. A iniciativa integra o Programa Ouro Alvo, apoiado pelo Fundo Amazônia no âmbito do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Amas).

O programa conta com R$ 318,5 milhões em recursos do fundo, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), para ampliar as ações de inteligência, fiscalização e repressão ao crime organizado na região.

Por meio da análise e do registro de características de jazidas brasileiras, o Ouro Alvo busca criar referências científicas capazes de determinar a procedência do minério. A tecnologia permitirá comparar amostras de ouro apreendido com os registros existentes, fornecendo evidências para investigações e operações de fiscalização. Além de contribuir para identificar a exploração ilegal, a iniciativa busca inibir novos crimes relacionados à mineração irregular e ao desmatamento associado à atividade.

Os recursos financiam a aquisição de equipamentos para análises minerais e de mercúrio, máquinas, materiais e estruturas destinadas à preparação, caracterização e armazenamento das amostras. O plano está estruturado em quatro eixos de atuação, envolvendo, além da PF, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e os governos dos nove estados da Amazônia Legal.

"Este laboratório representa um avanço fundamental no combate ao garimpo ilegal. Estamos fortalecendo a capacidade da Polícia Federal de rastrear a origem do ouro, produzir provas científicas e combater os crimes ambientais, permitindo ao Brasil alcançar resultados históricos na redução do desmatamento", afirmou o diretor da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal, Humberto Freire de Barros.

"O combate ao garimpo ilegal na Amazônia é uma prioridade do governo do presidente Lula. A identificação do 'DNA do ouro' fortalece a rastreabilidade do mineral, dificulta a ação de organizações criminosas e amplia a capacidade de fiscalização. Essa iniciativa reafirma o compromisso com a proteção do meio ambiente, a defesa dos territórios impactados pela atividade ilegal e a construção de uma economia sustentável e inclusiva", destacou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

O apoio do Fundo Amazônia ao Programa Ouro Alvo contempla a estrutura necessária para análise e armazenamento de amostras no centro de referência em perícia criminal vinculado ao Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal, em Brasília.

"Esse laboratório será um marco importante no combate ao garimpo ilegal na Amazônia. Precisamos ir além das operações pontuais e alcançar o poder econômico que financia essas atividades criminosas. Com ciência, tecnologia e integração das políticas públicas, poderemos atuar de forma mais efetiva, protegendo não apenas o meio ambiente, mas também a saúde e a vida das populações indígenas e ribeirinhas", afirmou o secretário nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, Adalberto Maluf.

FUGA

Motorista de Porsche faz outro veículo capotar após batida

ADRIANA VICTORINO/AE

O motorista de um Porsche provocou o capotamento de outro veículo e fugiu sem prestar socorro em Florianópolis, Santa Catarina. O caso ocorreu no último domingo, na Avenida Beira-Mar Norte.

Imagens de uma câmera instalada em um terceiro veículo registraram o momento em que o carro de alto padrão colide contra um Renault Kwid, que capota no canteiro central da avenida. É possível ver o veículo dando ao menos duas voltas no ar após a colisão.

Segundo o Corpo de Bombeiros, três pessoas estavam no carro que capotou, duas mulheres e um homem, todos com cerca de 60 anos. Uma das vítimas sofreu uma fratura em um membro inferior, de acordo com a corporação.

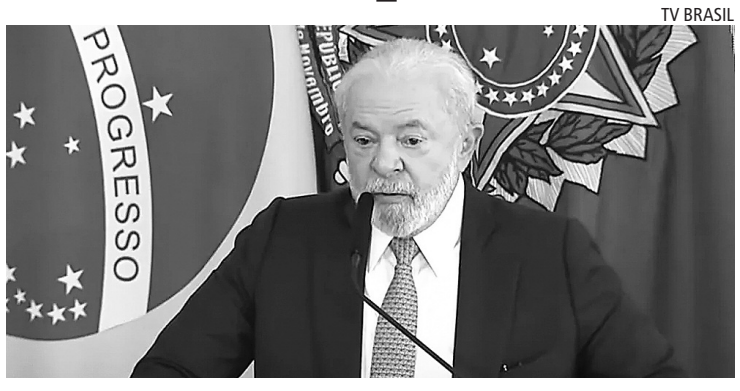
Os três foram encaminhados para o Hospital Governador Celso Ramos. O resgate contou com o apoio da Polícia Militar e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

CONGRESSO

Lula convida Motta e Alcolumbre para viagens à Turquia e às Filipinas

LEVY TELES/AE

TV BRASIL



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para viagens à Turquia e às Filipinas na próxima semana. O convite, divulgado pelo Metrópoles e confirmado pelo Estadão, foi feito em encontro na semana passada e ainda está sob avaliação de ambos.

Trata-se de mais uma sinalização de aproximação de Lula aos chefes das duas Casas do Congresso Nacional. No começo do próximo ano, Câmara e Senado decidirão os presidentes das Casas pelos próximos dois anos. O PT já confirmou apoio a Motta e a Alcolumbre.

A nova legislatura, que começará em 2027, abriu mais espaço para deputados e senadores da direita. Na Câmara, líderes partidários do Centrão se anteciparam até mesmo ao resultado do segundo turno e anunciaram apoio à reeleição de Motta - o que deve abrir espaço para uma vitória do paraibano sem contratempos.

No Senado, a situação é mais complicada. O PL, grande vencedor da eleição para o Salão Azul, cogita lançar uma candidatura própria para disputar contra Alcolumbre. O partido de Flávio Bolsonaro terá, em 2027, 28 senadores. O vencedor dessa disputa precisa conquistar pelo menos 41 dos 80 votos disponíveis.

A Coluna do Estadão mostrou que Alcolumbre tenta até "negociar o impossível" e conversa com alguns integrantes do PL para assegurar a reeleição.

Lula vai à Turquia na próxima semana, e deverá ficar no país entre os dias 11 e 12 para participar da 31ª Edição da Conferência da ONU sobre mudanças climáticas (COP), na cidade de Antália. Em seguida, nos dias 14 e 15, ele irá para Manila, nas Filipinas, para a cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean).

Nota

DESEMBARGADOR ASSUME GOVERNO DE MS APÓS LICENÇA DE GOVERNADOR E VICE

Terceiro na linha de sucessão ao governo de Mato Grosso do Sul em caso de vacância do cargo de governador, o presidente do Tribunal de Justiça estadual (TJ-MS), desembargador Dorival Renato Pavan, assumiu interinamente a chefia do Poder Executivo estadual neste domingo (1º). Pavan deve permanecer à frente do governo sul-mato-grossense até a próxima sexta-feira (6), quando termina a licença temporária solicitada pelo governador Eduardo Riedel (PP) – reeleito no primeiro turno das eleições de 2026, em 4 de outubro. Segundo a Secretaria Executiva de Comunicação (Secom), Riedel e o vice-governador Barbosinha (Republicanos) pediram licença de seus cargos para descansar por alguns dias após o fim das eleições. Os dois comunicaram o afastamento em um ofício enviado à Assembleia Legislativa, no qual Riedel informou que pretendia deixar o estado e, possivelmente, o Brasil, e que, no mesmo período, seu vice também planejava se afastar das funções. Com a ausência do governador e do vice, quem deveria assumir seria o atual presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gerson Claro (PP), que também se ausentou.

VALÊNCIA

FMI assina acordo com Espanha por centro de tecnologia

PEDRO LIMA/AE

O Fundo Monetário Internacional (FMI) assinou um acordo com o governo da Espanha para estabelecer um centro de tecnologia em Valência, com o objetivo de fortalecer sua infraestrutura digital e apoiar as operações da instituição em todo o mundo.

Segundo comunicado divulgado ontem, o Centro de Tecnologia do FMI na Espanha será desenvolvido em colaboração com a Comunidade Valenciana e oferecerá serviços especializados em tecnologia da informação, infraestrutura digital, segurança cibernética, inteligência artificial (IA) e inovação digital.

A instituição afirmou que a escolha de Valência ocorreu após um amplo processo de avaliação, que considerou fatores como o ecossistema tecnológico da cidade, a disponibilidade de mão de obra altamente qualificada, a localização estratégica e a presença internacional consolidada.

O FMI acrescentou que a implementação do centro ocorrerá em etapas, conforme suas capacidades operacionais e seu quadro de funcionários forem ampliados gradualmente. O comunicado não detalha o investimento previsto nem estabelece um cronograma para o início das atividades.

ILHA

Groenlândia aprova acordo de segurança com Dinamarca e EUA

A Groenlândia aprovou ontem, o acordo entre a ilha, a Dinamarca e os Estados Unidos para fortalecer a segurança no Ártico e no Atlântico Norte, após meses de pressão do presidente dos EUA, Donald Trump, que buscava controlar o território semiautônomo de um aliado da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

O acordo trilateral abre caminho para mais bases americanas na Groenlândia e ameniza as tensões causadas pelos repetidos apelos de Trump para que a vasta ilha passe a fazer parte dos Estados Unidos. O objetivo do acordo é reforçar a presença militar dos EUA na Groenlândia, mas manter a ilha autônoma sob controle dinamarquês.

O acordo continuaria válido caso a Groenlândia venha a optar pela independência. Os legisladores da Groenlândia votaram 16 a 0 a favor do acordo, com sete abstenções.

Trump, a primeira-ministra dinamarquesa Mette Frederiksen e o primeiro-ministro da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen, assinaram o acordo em setembro, à margem da Assembleia Geral da ONU em Nova York.

Os legisladores dinamarqueses devem debater o acordo ainda este mês. O acordo "entrará em vigor" assim que os "processos parlamentares necessários do Reino da Dinamarca, em conjunto com a Groenlândia, forem concluídos".

PORTUGAL

Manifestantes ocupam praças por direito à moradia

VITOR ABDALA/ABRASIL

O aumento do custo de vida e, principalmente, do preço dos aluguéis e de imóveis para venda em Portugal gerou uma onda de manifestações no país. Os protestos começaram com a ocupação de uma praça na cidade do Porto, há três semanas, onde os manifestantes montaram tendas.

Dias depois, uma ocupação semelhante foi iniciada na Praça do Rossio, conhecido ponto turístico da capital portuguesa, Lisboa. As chamadas "acampadas" geraram reações violentas da polícia, que fizeram operações para desmontar à força os acampamentos, sob a alegação de que eles estavam instalados ilegalmente em área pública.

Relatos divulgados nas redes sociais e por parlamentares portugueses denunciam lesões sofridas por alguns manifestantes.

Isso não impediu que as tendas fossem remontadas depois de cada investida da força policial portuguesa. Nesse fim de semana, o Tribunal Administrativo de Lisboa autorizou a permanência da ocupação da Praça do Rossio até o dia 24 de novembro.

Comerciantes de Lisboa demonstram preocupação com os impactos no comércio da região e também com a realização de um mercado de Natal, que está previsto para ser montado na Praça do Rossio, a partir do dia 14 de novembro.

CUSTO DA MORADIA

De acordo com o portal Pordata, mantido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, o custo da habitação em Portugal subiu 41,5% de 2020 a 2025. Foi o maior aumento de toda a União Europeia, que teve uma alta média de 3,2% no período. A Grécia, que aparece em segundo lugar, no ranking do Pordata, por exemplo, teve um aumento de preços de 37,8%.

Um relatório divulgado pelo Conselho Europeu, em parceria com o Deustche Bank, no final do ano passado, mostrou que o aluguel de um imóvel em Lisboa custa em média 116% do salário médio de um habitante da capital portuguesa. É a única das 22 cidades pesquisadas (incluindo várias capitais, como Paris, Roma, Madri e Berlim) onde um rendimento médio é insuficiente para pagar aluguel.

De acordo com o mesmo estudo, o ideal é que os aluguéis representem, no máximo, 30% dos salários.

A ativista brasileira Priscila Valadão, que também é cidadã portuguesa, é uma das porta-vozes do movimento das acampadas. Ela emigrou para Portugal há 12 anos e sentiu na pele a dificuldade de encaixar o aluguel no orçamento mensal.

"No centro de Lisboa, você não consegue encontrar um apartamento tipo *loft*, que a gente chama aqui de T0, por menos de 1.500 euros, sendo que é o salário mínimo português é 920 euros. Então, é simplesmente impossível uma pessoa morar na cidade", destaca.

Mesmo hoje, depois de mais de uma década em Portugal, Priscila ainda precisa lançar mão de estratégias para conseguir pagar a locação. Atualmente, ela vive longe do centro de Lisboa, onde divide um imóvel com outra pessoa.

"A grande maioria das pessoas acaba indo morar num quarto. Não existe outra maneira de você viver em Lisboa. Isso também se estende para a periferia da cidade. Posso dar o meu exemplo. Eu moro hoje com uma menina jovem. Eu tenho que dividir casa porque não tenho condição de pagar uma casa sozinha. E, mesmo assim, moro na periferia da cidade, na região metropolitana."

Segundo ela, os brasileiros, assim como muitos imigrantes, acabam tendo mais dificuldades do que os próprios portugueses de conseguir uma moradia.

"Doze anos atrás, eu já via pessoas falarem que os donos dos imóveis, quando ouviam pelo telefone, que [o potencial locatário] era um brasileiro, desligavam o telefone e falavam que o apartamento já estava alugado. E era mentira", conta.

"Também ouvia relatos de que uma das condições (para alugar para brasileiros) era pedir 12 rendas [aluguéis] adiantadas para que conseguisse dar entrada no apartamento. E está cada vez pior, com a crescente xenofobia e racismo que têm acontecido no nosso dia a dia", ressalta Priscila, que tem recebido inúmeras ameaças por seu envolvimento com as manifestações.

Segundo a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima) portuguesa, os brasileiros são a maior comunidade estrangeira naquele país, com 493 mil pessoas, ou seja, um terço do total de imigrantes em Portugal e 4% da população total do país (11,4 milhões).

Esse número não considera aqueles com dupla nacionalidade, portanto o total de brasileiros vivendo no país europeu é ainda maior. A Embaixada do Brasil em Lisboa informou que "acompanha atentamente as manifestações".

Priscila Valadão explica que, entre os motivos para o aumento do custo com habitação em Portugal, estão a especulação imobiliária, principalmente relacionada com fundos de investimento estrangeiros, e a destinação de imóveis a hospedagens temporárias para turistas.

Investidores brasileiros, aliás, fazem parte do problema da especulação imobiliária, segundo Priscila. A restrição à compra de imóveis por fundos imobiliários é uma das demandas dos participantes dos protestos.

Os manifestantes também criticam a nova lei sobre aluguéis (chamados de "rendas" ou "arrendamentos" em Portugal), que está em tramitação no Parlamento e que pode tornar ainda mais difícil a vida de quem precisa alugar imóvel para ter onde morar.

Entre as mudanças propostas pelo Novo Regime de Arrendamento Urbano estão a redução do tempo para despejos, o fim do limite de 2% para reajustes nos contratos, o aumento do valor do depósito-caução e a possibilidade de recusa, pelo proprietário, de uma renovação automática do contrato.

Os manifestantes pedem também ampliação da oferta de habitação pública (construída e oferecida pelo Estado português) e a transformação de prédios públicos e privados vazios em moradias populares.

Há ainda reivindicações sobre controle da inflação e aumentos de salários.

Segundo o primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, o governo tem um plano de investimento em habitações públicas e de "dinamização" de imóveis privados.

O total de investimentos previstos para o setor é de 10 bilhões de euros. Entre as políticas anunciadas por Montenegro está a construção de 133 mil residências, financiadas pelo orçamento da República e pelo Banco Europeu de Investimentos.

No fim de outubro, ele disse que a lei das rendas tem que ser boa para os proprietários e para os inquilinos. "Um justo equilíbrio que exige coragem, exige alteração, modificação. É isso que estamos a fazer. Acredito que estas novas regras, uma vez entradas todas em vigor e em funcionamento, vão promover maior capacidade de as pessoas verem o seu problema resolvido."

Também no fim de outubro, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, afirmou que o governo está executando "o maior programa de habitação das últimas décadas", que combina apoios à compra e à locação de imóveis, com incentivos à construção e medidas destinadas a colocar no mercado casas atualmente vazias.

UCRÂNIA

Ataque russo contra centro de ajuda humanitária mata 33

Mais de 50 pessoas podem estar presas sob os escombros um dia após um ataque russo a um centro de ajuda humanitária em uma vila no sudeste da Ucrânia, afirmou o presidente Volodmir Zelenski, ontem, acrescentando que o número de mortos na região subiu para 33.

"Apenas um ataque matou 33 pessoas. Cinco pessoas foram resgatadas e mais de 50 ainda podem estar presas sob os escombros", disse Zelenski, classificando o episódio como "um dos maiores massacres russos desta guerra" e acrescentando que as operações de resgate ainda continuam.

Nesta terça-feira, equipes de resgate e voluntários continuaram as buscas no local do impacto - repleto de crateras - onde ficavam um centro de ajuda e um abrigo, agora destruídos, em Komiushuvakha, um vilarejo na região de Zaporizhzhia, no sul da Ucrânia.

Corpos foram recuperados do local, envoltos em lonas plásticas brancas. Mais de 45 moradores continuam desaparecidos.

Enquanto a Ucrânia se preparava para uma nova rodada de negociações de paz, mediadas pelos Estados Unidos, uma onda de ataques noturnos atingiu usinas elétricas por todo o país, danificou hospitais e deixou dezenas de feridos.

A Rússia lançou 289 drones de ataque, 17 mísseis balísticos e 59 mísseis de cruzeiro contra nove regiões, provocando cortes emergenciais de energia, informou Zelenski em uma publicação online, na qual observou que o bombardeio coincidiu com as eleições nos Estados Unidos.

"Os russos acreditam que os Estados Unidos não notarão esse sinal deles", afirmou. "Mas nós precisamos notá-lo e deter esse terror. Precisamos ajudar a Ucrânia a defender seus céus; caso contrário, a Rússia nunca cessará seus ataques com mísseis."

A Ucrânia decretou três dias de luto em Zaporizhzhia, onde, no ataque de segunda-feira, 2, foram utilizadas bombas russas antibunker - algumas contendo quase 1,5 tonelada de explosivos.

Na região de Kharkiv, no nordeste do país, um ataque russo combinado, envolvendo mísseis e drones, deixou pelo menos 62 feridos, segundo autoridades locais.

Um ataque danificou um centro médico no distrito de Nemyshlianskyi, estilhaçou as janelas de quatro prédios residenciais e avariou automóveis. Mais de 200 pacientes foram transferidos para outras unidades de saúde, informou Oleh Syniehubov, chefe da administração militar regional.

'PENSÃO'

Trump diz que Israel deixará de receber US$ 4 bilhões em ajuda

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem, que a ajuda de Washington a Israel terminará no final do ano, argumentando que o país não precisa mais da assistência e pode comprar suas próprias armas.

"Estávamos dando a eles US$ 4 bilhões, mas isso será cortado no final do ano", disse Trump ao programa *Fox & Friends*. O republicano acrescentou que ele e o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, discutiram o fim da assistência por anos, e que Netanyahu levantou a ideia.

"Eles não precisam disso. Israel é nosso número um. Damos a eles mais do que a qualquer outro, e eles não precisam mais disso", enfatizou. Trump também pontuou que Israel permanece um dos aliados "mais confiáveis da América".

O atual acordo de assistência à segurança entre EUA e Israel prevê cerca de US$ 3,8 bilhões anuais até 2028. Netanyahu já disse anteriormente que quer eliminar a dependência de Israel da ajuda militar dos americanos.

Sobre atacar o Irã após as eleições de meio de mandato, Trump respondeu: "veremos. Não estou querendo matar muitas pessoas. Mas se tivermos que fazer, teremos que fazer. Mas não estou querendo fazer isso". Segundo ele, os EUA realizaram na noite passada ataques à uma instalação iraniana de forma "muito eficaz".

O presidente também anunciou que fará um "grande acordo" comercial com o Canadá em breve, mas não forneceu mais detalhes.

ALVOS

Ameaças de bomba em voos fecham aeroportos na Europa e geram desvios

ANA MAGALHÃES/AE

Pelo menos sete voos na Europa foram alvos de ameaças de bomba ontem. Os episódios ocorrem após outro alerta registrado na segunda-feira. Nenhum artefato explosivo foi encontrado nas inspeções concluídas.

Segundo a agência britânica *Reuters*, as ameaças obrigaram algumas aeronaves a alterar suas rotas e levaram ao fechamento temporário de um aeroporto na Polônia.

Ainda de acordo com a agência, as autoridades desviaram um voo da companhia aérea LOT, que havia partido de Londres, para o aeroporto de Modlin. A aeronave deveria pousar no aeroporto de Chopin, na capital polonesa.

O terminal de Modlin foi fechado temporariamente enquanto o avião passava por inspeção. A administradora do aeroporto informou que nenhum artefato explosivo foi localizado e que as operações foram retomadas em seguida.

A agência britânica afirmou que outro voo com destino a Varsóvia, operado pela SAS e que havia partido de Copenhague, pousou normalmente no aeroporto de Chopin. A administração comunicou que nenhum explosivo foi encontrado e que o terminal continuou funcionando.

Segundo o *The Guardian*, em Sofia, capital da Bulgária, duas aeronaves provenientes de Bergarmo, na Itália, e, Dublin, na Irlanda, pousaram após ameaças de bomba. Unidades antiterroristas fizeram buscas por possíveis explosivos nos aviões, conforme informou o secretário-geral do Ministério do Interior, Lyubomir Nikolov, à agência de notícias *BTA*.

A *Reuters* também tinha confirmado, no dia anterior, sobre um voo da companhia Wizz Air, que partiu de Londres com destino a Sófia, e foi desviado para o aeroporto de Budapeste após um alerta de bomba.

A informação foi divulgada pelo ministro da Defesa da Hungria, Romulusz Ruszin-Szendi, em uma publicação no Facebook.

A agência britânica afirmou que, ontem, o aeroporto de Múrcia, no sudeste da Espanha, foi isolado após uma ameaça de explosivo ter sido relatada em um voo Ryanair vindo de Manchester, na Inglaterra.